

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA FAZENDA

PLANO ESTRATÉGICO 2012/2015

**TERESINA
MARÇO/2012**

Secretário da Fazenda

Antonio Silvano Alencar de Almeida

Superintendência da Despesa - SUDESP

Odimirtes Araújo Costa Reis Neves

Superintendência da Receita - SUPREC

Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Unidade Administrativo-Financeira - UNAFIN

Maria Dalva Sousa de Resende

Unidade de Administração Tributária - UNATRI

Juliana Maria Martins Lobão da Rocha

Unidade de Tecnologia e Segurança da Informação - UNITEC

Antonio Luiz Soares Santos

Unidade de Fiscalização de Empresas - UNIFIS

Francisco Édson Marques

Unidade de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito - UNITRAN

Raimundo Augusto Lima Neto

Unidade de Atendimento – UNICAT

Paulo Roberto de Holanda Monteiro

Unidade de Gestão Financeira Estadual – UNIGEF

Maria Catarina Ribeiro Raulino

Unidade de Controle Contábil – UNICON

Deusarina Batista dos Santos

Assessoria de Planejamento – ASPLAN

Cristovam Colombo dos Santos Cruz

“A eficiência administrativa não é um desejo, mas um propósito. O Piauí quer um modelo pautado pelo Planejamento Estratégico, pela definição de metas com indicação de prazos, responsáveis, fontes de recursos e o monitoramento dos resultados. Tudo isso, para que cada centavo recolhido tenha a melhor resposta em obras e serviços voltados para o bem comum. Este será um trabalho feito às claras, apostando na transparência”.

Wilson Nunes Martins
Governador

Mensagem 2011/Balanço e Perspectivas.

SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO.....	8
2 - METODOLOGIA	10
3 - INTEGRANTES DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO ESTRATÉGICO DA SEFAZ-PI.....	12
4 - O CONTEXTO PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SEFAZ-PI.....	14
4.1 Histórico Institucional da SEFAZ-PI e Realidade Atual	15
4.2 Desempenho recente da Economia e Cenário tendencial	17
5 - O PLANO ESTRATÉGICO.....	19
5.1 Análise Estratégica Ambiental.....	24
5.1.1 Ambiente Interno – Pontos Fortes.....	24
5.1.2 Ambiente Interno – Pontos Fracos.....	25
5.1.3 Ambiente Externo – Oportunidades	27
5.1.4 Ambiente Externo – Ameaças	28
5.2 Identidade Organizacional	29
5.2.1 Declaração de Missão	29
5.2.2 Declaração de Princípios	30
5.2.3 Declaração de Visão	31
5.3 Orientações Estratégicas.....	32
5.3.1 Desafios estratégicos - Diretrizes	32
5.3.2 Objetivos Estratégicos.....	33
5.4 Orientações Táticas	34
5.4.1 Metas, Indicadores e Ações	35
5.5 Orientações Operacionais	45

1 - APRESENTAÇÃO

A postura do atual Governo do Estado, expressa no Plano Plurianual com vigência para o período 2012-2015, institucionalizado através da Lei Estadual 6154, constitui o motivo mais fundamental para a formulação do Plano Estratégico da SEFAZ-PI, com vigência para o mesmo período. Entre as diretrizes de governo explicitadas no referido PPA, avulta a que diz respeito ao funcionamento da sua máquina pública: “adotar uma gestão orientada para resultados, com foco na melhoria dos serviços aos cidadãos”. Naquele documento, essa orientação é pormenorizada em desafios setoriais entre os quais encontra-se um especialmente dirigido à atuação da fazenda pública: “Manter o equilíbrio entre receitas e despesas, com foco na responsabilidade fiscal e na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos”.

Esses elementos constituem, portanto, os marcos orientadores que levaram a Secretaria da Fazenda a um esforço de formulação do seu Plano Estratégico para o período 2012-2015.

Referido Plano visa ao aperfeiçoamento e ao melhor desempenho das atividades da administração tributária e gestão da política financeira e contábil do Estado, buscando resultados significativos para o fiel cumprimento da missão institucional da Secretaria da Fazenda.

A construção desse documento, importante instrumento de gestão, foi realizada à luz das orientações de governo, de histórico da SEFAZ e de sua realidade presente e de cenário tendencial para a Economia do Estado. Ele se estrutura em: Análise Estratégica Ambiental (Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças); Identidade Organizacional (Declaração de Missão, Declaração de Princípios e Declaração de Visão); Orientações Estratégicas (Desafios Estratégicos-Diretrizes, Objetivos Estratégicos); Orientações Táticas (Metas com Indicadores e Ações); e Orientações Operacionais (Detalhamento/Agendamento das Ações). Este esforço de formulação do Plano Estratégico foi levado a cabo de forma participativa, contando com representantes dos distintos segmentos da Secretaria.

A participação, que constitui um dos princípios que embasaram a formulação do PPA 2012-2015, foi adotada na concepção do Plano Estratégico da SEFAZ como prática duplamente vantajosa. Se, de um lado, contribuiu ao enriquecimento das discussões para as formulações PRESENTES no Plano, de outro, conferiu-lhe a legitimidade imprescindível ao processo de implementação.

O Plano Estratégico da SEFAZ-PI para o período 2012-2015 oferece, assim, o suporte necessário a uma ação da Secretaria, perfeitamente sintonizada com as definições do Governo, além de legítima e competente, o que, certamente, deverá contribuir aos avanços pretendidos na área da administração tributária e gestão financeira e contábil do Estado.

Antonio Silvano Alencar de Almeida

Secretário da Fazenda

2 - METODOLOGIA

A construção do Plano Estratégico da SEFAZ-PI 2012-2015 foi levada a efeito através de metodologia participativa, que garantiu a riqueza de informação e legitimidade ao processo. Estes elementos, certamente, contribuirão ao êxito do esforço de implementação das ações concebidas.

O processo de elaboração foi coordenado pela Assessoria de Planejamento, com participação de integrantes de todos os segmentos e setores da Organização.

A elaboração do Plano Estratégico se desenvolveu com os trabalhos voltados para a construção da Identidade Organizacional, elaboração da Análise Estratégica Ambiental, formulação das Orientações Estratégicas e formulação das Orientações Táticas, com o auxílio de consultor especializado. Esses trabalhos foram realizados com a colaboração de 44 integrantes dos quadros da Instituição em oito encontros de quatro horas de duração. Cumpre salientar que esses oito encontros conduzidos pelo consultor externo foram utilizados também para o desenvolvimento de um processo de capacitação em planejamento estratégico, com o objetivo de identificar todos os participantes com essa prática de gestão.

Para a implementação do Plano, e seu concomitante acompanhamento, foram elaboradas as Orientações Operacionais consubstanciadas no Detalhamento/Agendamento das ações previstas para o alcance de cada meta. Este trabalho foi realizado por condutores escolhidos pelos titulares das áreas de Administração e Finanças, Receita e Controle da Despesa, sob orientação do consultor externo e da Assessoria de Planejamento. Uma vez realizado esse Detalhamento/Agendamento, as ações deverão ter sua implementação iniciada no quadro dessa orientação. O acompanhamento desse processo deverá ser realizado mensalmente, através de reuniões entre a Assessoria de Planejamento e os responsáveis

pela sua condução. Esta prática maximizará a probabilidade de êxito ao processo de implementação, identificando óbices, ajustes e adequações, que demandarão providências tempestivas, com vistas ao alcance das metas estabelecidas.

Cristovam Colombo dos Santos Cruz
Assessor de Planejamento

3 - INTEGRANTES DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO ESTRATÉGICO DA SEFAZ-PI

Adriana Girio Matos
Adriane Arruda Feitosa
Adriano Sérgio Batista Lopes
Ana Lúcia Nogueira de Sousa Leal
Ana Maria Soares Barros de Castro
Anísio Soares Barbosa Filho
Antônio Luiz Soares Santos
Carla Adriana da Silva Peres
Carlos Alexandre Tavares Leite
Carlos Gomes de Oliveira
Carmem Verônica da Silva Costa
Cristovam Colombo dos Santos Cruz
Daniel de Sousa Ferreira
Deusarina Batista de Oliveira
Ellen Gera de Brito Moura
Emílio Joaquim de Oliveira Júnior
Francisco das Chagas Silva
Francisco Edson Marques
Irã de Sousa Pimentel
Jânio Cury Queiroz
Januário da Ponte Lopes
Jaqueline Rodrigues de Oliveira
João Rodrigues Barbosa Sobrinho
João Rodrigues de Carvalho Filho
Juliana Maria Martins Lobão da Rocha
Karla Maria Magalhães Nascimento
Lísia Marques Martins Vilarinho
Luciano Noleto Portela
Luiz Antônio Batista Costa Leite
Luiz Miguel de Moraes
Manoel Lopes Batista
Maria Catarina Ribeiro Raulino
Maria Dalva de Sousa Resende
Maria das Mercês Leal da Costa
Maria Juraci Alves Câmara
Marly Monte de Carvalho Sobral
Marta Bernadeth Soares

Melquisedeque de Brito Cardoso
Odimirtes Araujo Costa Neves
Paulo Roberto de Holanda Monteiro
Raimundo Augusto Lima Neto
Raimundo Nonato Farias Trigo
Raniere de Macedo Castro
Regina Celia Lopes de Sousa
Ronald Soares da Silva
Saint-Clair de Holanda Monteiro
Sérgio Roberto G. de Oliveira Breuel

Francisco Antonio Cavalcanti - Consultor Externo de Planejamento

4 - O CONTEXTO PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SEFAZ-PI

Com o amadurecimento da teoria sobre o planejamento estratégico, verificaram-se alterações conceituais que vinculam seu caráter prescritivo às realidades objetivas com que as organizações se defrontam. Essas alterações aperfeiçoam sua aplicação, no sentido de combinar a técnica do planejamento com recursos outros que possibilitem uma melhor visão do contexto no qual a organização está inserida. Assim, a fim de que as etapas analíticas e prescritivas da elaboração do Plano Estratégico da SEFAZ-PI para o período 2012-2015 pudessem ser melhor desenvolvidas, foram elaborados textos reflexivos sobre a história da SEFAZ e sua realidade atual, e sobre o desempenho recente da economia piauiense e cenário tendencial. Esses textos, ao tempo em que enriquecem este documento, proporcionaram condições objetivas às discussões voltadas à sua elaboração coletiva. Ademais, conseguem estabelecer o liame indispensável entre a realidade atual e tendencial com as concepções formuladas com respeito aos aspectos prescritivos do Plano, contribuindo para indispensável articulação entre as suas distintas partes.

4.1 Histórico Institucional da SEFAZ-PI e Realidade Atual

A Secretaria da Fazenda do Estado teve suas origens na Lei Imperial de 4 de outubro de 1831, que deu nova organização ao Tesouro Público Nacional, criando em cada uma das Províncias do Império a Tesouraria Provincial. Com a Resolução Provincial número 50, de 5 de setembro de 1836, foi criada a Administração Pública das Rendas Provinciais do Piauí, com a missão de administrar, arrecadar, distribuir, contabilizar e fiscalizar as rendas públicas da Província.

A Administração da Fazenda do Piauí foi criada pela Resolução Provincial 171, de 21 de agosto de 1844. Em 21 de agosto daquele ano, foi criada a Recebedoria Provincial, destinada à arrecadação de impostos pessoais, tendo sido substituída pelas Mesas de Renda, em 4 de abril de 1888.

Com a Constituição de 1891, a Administração Estadual foi constituída por três repartições – Governo, Fazenda e Polícia –, para as quais foram nomeados Secretários de Estado.

A Secretaria da Fazenda foi criada pelo decreto número 12, de 29 de fevereiro de 1892, tendo sido regulamentada por uma infinidade de leis e decretos.

Em 21 de maio de 1931 foram extintas as Secretarias de Estado, inclusive a da Fazenda, transformada em Diretoria da Fazenda e, igualmente a outras Diretorias, subordinada a Secretaria Geral do Estado do Piauí.

A Diretoria da Fazenda foi elevada à categoria de Departamento em 1940 e permaneceu com esse nome até 1954, quando recebeu a denominação de Secretaria de Estado das Finanças. Finalmente, pela Lei Delegada 63, de 30 de agosto de 1971, a Secretaria de Estado das Finanças passou a ser denominada Secretaria da Fazenda, como se encontra até hoje.

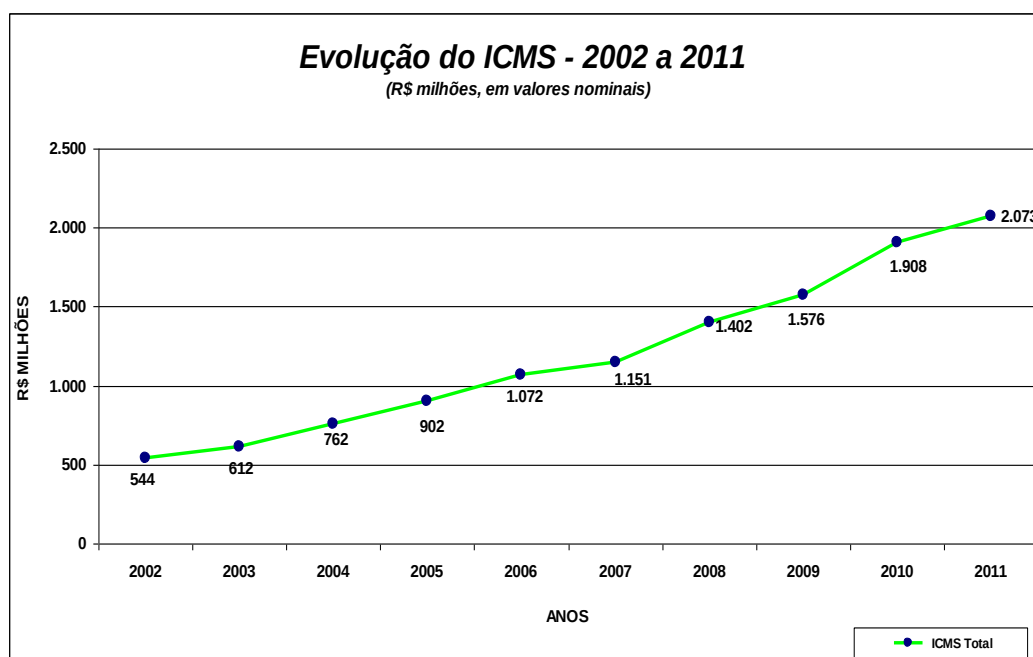
Desde então, vem sendo submetida em termos organizacionais a um processo contínuo de adaptação às realidades emergentes, sendo estruturada hoje em Unidade de Administração e Finanças, Superintendência da Receita e Superintendência do Controle da Despesa.

O gráfico adiante espelha o comportamento da Receita no período entre 2002 e 2010, sendo possível se verificar um processo de elevação da receita Total, com destaque para a do ICMS, entre 2006 e 2010, o que a par de um visível desenvolvimento da economia estadual, deve expressar também certo grau de aperfeiçoamento das atividades empreendidas pela SEFAZ.

Do ponto de vista institucional, a modernização da gestão pública em alguns setores prioritários contribui para a evolução de seus números. Na área fiscal,

especificamente, houve uma melhoria significativa tanto na parte da infraestrutura quanto na de gestão de recursos humanos. Prova disso é o incremento na arrecadação do principal imposto do Estado, o ICMS.

A evolução da arrecadação desse imposto foi substancial entre os anos de 2002 e 2011, (vide figura abaixo) chegando a praticamente 281% do valor do ano de referência, configurando um aumento médio anual de 28,1%, devido à dinâmica crescente da economia piauiense e ao aperfeiçoamento do sistema de arrecadação.



O Estado tem trabalhado nos últimos anos com o propósito de ampliar sua capacidade de investimentos. Além do aumento da receita própria, o Piauí diminuiu a relação entre o estoque de dívidas de longo prazo e a receita corrente líquida. Em 2002, as dívidas correspondiam a 171% das receitas; hoje o que o Estado deve corresponde a 58,2% de suas receitas correntes líquidas anuais, mesmo consideradas as recentes operações de crédito para construção de estradas e outros importantes projetos.

Os serviços da dívida são inibidores dos investimentos. Entre 2003 e 2009, a amortização da dívida e seus serviços (juros e encargos) consumiram R\$ 2.480.767.460,00. Em média, R\$ 275,6 milhões anuais despendidos com a dívida, com aumento ano após ano. Em 2010, o dispêndio da dívida ficou em torno de R\$ 400 milhões. Nos próximos anos, a tendência é de que os desembolsos sejam maiores, daí porque deverão ser trilhados dois caminhos simultaneamente: de um lado, renegociação do pagamento da dívida, implicando em menor desembolso e, assim, maior capacidade de investimento; e, de outro, busca da eficiência administrativa, com racionalização dos gastos de custeio, ampliação da receita sem arrocho tributário. Considere-se, ainda, que a expansão da base econômica fará crescer a arrecadação.

4.2 Desempenho recente da Economia e Cenário tendencial

O Piauí está atravessando um ciclo de desenvolvimento marcado pelas mudanças estruturais na economia e na melhoria dos padrões de inclusão social. Para isso contribuiu de forma significativa a recente dinâmica da economia nacional, que vem crescendo e apresentando uma desconcentração regional da riqueza, favorecendo as regiões consideradas mais pobres, que têm revelado um desempenho melhor, ano após ano.

Há muito se fala dos enormes potenciais do Estado do Piauí, mas seu aproveitamento depende de ações concretas do governo e da sociedade. Nesse ciclo recente o setor público assumiu cada vez mais seu papel de indutor do desenvolvimento.

A economia do Estado patinava no patamar de 0,5% do PIB nacional. Na primeira década deste século, mostrou que tem energia para superar o quadro de estagnação. Em 2008 foi atingido 0,6% da produção nacional, o que pode parecer pouco, mas representa um avanço importante em relação ao quadro anterior. Essa mudança de patamar se deu por que nos últimos anos o Piauí vem apresentando uma dinâmica econômica surpreendente, com crescimento do PIB acima da média brasileira e nordestina. De acordo com o IBGE, foi o estado com o melhor resultado no PIB em 2008, com crescimento de 8,8%, superando a média nacional, de 5,2%, e a da Região Nordeste, 5,5%, alcançando o montante de 16,76 bilhões de reais.

Quanto à composição do PIB piauiense, dentre os três grandes setores da economia, historicamente o carro-chefe tem sido o setor terciário — comércio, prestação de serviços e administração pública. Em 2008, quando cresceu 5,8%, este setor perdeu participação no conjunto das atividades produtivas, saindo de 74,8% em 2007 para 72,9% naquele ano.

O setor primário, no qual se destacam a agricultura e a pecuária, embora apresente ainda uma participação relativamente modesta na composição do PIB estadual, 10,9% em 2008, merece registro pela mudança de feições que tem promovido no campo e pelo potencial que guarda para o futuro. Com efeito, capitaneada pela produção de grãos nos cerrados piauienses, a agricultura tem conseguido romper com o estigma da baixa produtividade. De uma produção voltada para a subsistência, avançou para a modernização através da mecanização e da irrigação, esta última ainda incipiente, mas com enorme potencial para se desenvolver.

O setor primário vem experimentando transformações capazes de melhorá-lo qualitativamente. Um dos principais responsáveis por essa melhora foi o excelente desempenho do cultivo da soja e outros grãos na região dos cerrados, que vem obtendo ganhos de produtividade e incorporando novas áreas de cultivo. A agricultura, em 2008,

respondeu por 7,3% da economia do estado contra 4,5% em 2007, representando 1,1% da agricultura nacional em 2008 ante 0,6% em 2007, um crescimento de 62,1% em termos reais.

Além disso, o incremento da produtividade registrada em 2008 contribuiu significativamente para o bom desempenho, sobretudo os resultados da atividade de cultivo de soja, que teve crescimento real de 546% do valor agregado, o que fez com que o Piauí alcançasse os mais elevados patamares de produtividade registrados pelos estados brasileiros, com a marca de 3.231kg/ha.

Dada a vocação para a atividade agropecuária e as perspectivas de um crescimento ainda maior da importância da produção de grãos na região dos Cerrados, o Governo está trabalhando para ampliar as ações que visam à regularização e gestão fundiária em todo o Estado, mas com olhar especial para a região dos cerrados.

No modelo de desenvolvimento proposto pelo Governo do Piauí é essencial que a promoção do crescimento da atividade agropecuária seja feita em bases sustentáveis, com respeito ao meio ambiente. Para tanto, estão sendo implantadas políticas públicas que visam a conciliar a ocupação das terras propícias ao cultivo e a criação de animais em condições de respeito às regras da legislação ambiental, garantindo assim a sustentabilidade do processo de desenvolvimento.

Deve-se destacar que a geração de riqueza, a expansão do emprego e o aumento da renda da população do Estado são respostas a um conjunto de fatores de estímulo, que guardam relação com o bom desempenho da economia brasileira e com o conjunto de políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do Piauí.

Com efeito, ao lado do atual ciclo expansivo da agricultura, vem ocorrendo, de modo inquestionável, a expansão do setor industrial, com aproveitamento das vantagens locais, econômicas e dos incentivos governamentais.

Assim é que grupos empresariais locais e de fora do Estado estão investindo na atividade industrial, sobretudo no ramo da agroindústria, no qual residem grandes oportunidades.

O Setor, como um todo, – Indústria Extrativa, de Transformação, Serviços Industriais, de Utilidade Pública e Construção Civil – representou 16,2% da economia estadual em 2008 e cresceu a uma taxa de 7,9% em termos reais. Esse desempenho foi impulsionado pelos resultados da Construção Civil que cresceu no período 12,6%, com destaque para moradias populares e estradas. No quinquênio 2006-2010 nada menos de 133 unidades industriais foram instaladas e, seus projetos preveem a criação de 51.758 empregos, sendo 9.623 diretos e 42.135 indiretos; o montante total a ser investido eleva-se a mais de 5,9 bilhões de reais. 70 desses empreendimentos, 52,6%, estão situados na

capital do Estado. Entretanto, as demais 63 unidades, 47,4%, localizam-se no interior, o que termina favorecendo o desenvolvimento equilibrado entre as microrregiões.

Em linhas gerais, em vez de reduzido número de grandes empreendimentos, espacialmente concentrados, observa-se uma ampla quantidade de pequenos e médios, diversificados em um largo espectro no que se refere ao porte, cujas médias de emprego total por unidade industrial variam, conforme o ano, entre 237 (2007) a 863 (2008), e as médias de investimentos por unidade fabril diversificam-se entre R\$ 734.500 (2007) e R\$ 280.354.900 (2008).

Essa política ativa de incentivos favorece o melhor aproveitamento da capacidade empreendedora local, além da diversificação e dispersão espacial da indústria no território do Estado. As empresas incentivadas mostram-se diversificadas e são basicamente apoiadas no variado potencial produtivo do Piauí, a saber: mel de abelha, camarões de cativeiro, castanha de caju, celulose, bebidas (cerveja, sucos e refrigerantes), construção civil (cerâmica, estruturas de cimento, estruturas de ferro e aço) e confecções.

É de fundamental importância priorizar as políticas de criação de empregos como forma de garantir a inclusão produtiva da população pelo mecanismo mais nobre, o emprego formal. Nos últimos anos os números que medem o avanço do emprego formal mostram que o Estado tem apresentado bons resultados nesse campo. Entre os anos de 2005 e 2009, foram criados 149.100 empregos, redundando em acréscimo de 30,3% no período, com geração média anual de 29.800 empregos no Piauí.

Avanços importantes estão ocorrendo com relação ao comércio exterior. Até a década de 1990 a pauta das exportações era formada por produtos primários semi-processados, tais como cera de carnaúba, castanha de caju, couros e peles. A partir dos anos 2000 a lista de produtos de exportação foi ampliada, com a inclusão de outros produtos primários, a exemplo do mel de abelha, sucos de frutas e a soja e seu farelo. Vale destacar o peso crescente destes dois últimos produtos no valor das exportações que, em termos relativos passaram de 11,4% em 2006, para 37,3% em 2010.

Recentemente foi ultrapassado o limite imaginário dos cem milhões de dólares no valor das exportações. O Piauí se manteve superavitário até 2009, tendo registrado um déficit em 2010, ano em que ocorreu um explosivo aumento das importações e, simultaneamente, um decréscimo nas exportações, efeito da crise nos mercados internacionais consumidores de produtos do Estado. Superados os efeitos negativos da atual instabilidade da economia internacional, desenha-se um cenário tendencial para o Estado onde estão estabelecidas as bases para uma participação cada vez mais importante da economia piauiense no comércio externo.

O grande desafio que se impõe é a manutenção do padrão de desenvolvimento conquistado nos últimos anos. Uma vez conseguido, estarão definidos os contornos de

um cenário bem favorável, garantindo a inclusão social da população mais carente, gerando um maior desenvolvimento humano e proporcionando igualdade de oportunidades para todos.

O grande esforço deverá ser empreendido no sentido de atrair mais investimentos nas áreas de mineração, cultivo de florestas, papel e celulose, energia renovável, turismo, produção de grãos, comércio, serviços e logística.

As atividades produtivas deverão avançar com a instalação da Zona de Processamento para Exportação, ZPE, em Parnaíba, que dará àquela região suporte para impulsionar também outras atividades econômicas, como a produção e exportação de frutas orgânicas e o turismo.

As obras da Transnordestina deverão expandir a industrialização do Estado para as regiões de Elizeu Martins, Bom Jesus, Floriano, São João do Piauí, Picos e Paulistana. A agroeconomia também será priorizada, seguindo com a valorização da agricultura familiar e dos arranjos produtivos locais, como a apicultura.

Estima-se que em quatro anos deverá ser multiplicada por quatro a produção de mel, principalmente no semiárido. As barragens do Estado deverão ser aproveitadas para produção de peixes, e a irrigação de pelo menos 100 mil hectares destinados ao cultivo de frutas e hortaliças. Com essas medidas, pode-se assegurar que 200 mil famílias de produtores rurais tenham sua renda duplicada ou mesmo triplicada nos próximos anos. O agronegócio deverá receber o apoio com mais infraestrutura de transportes e de energia. Neste sentido, o Estado deve firmar Parceria Público-Privada e já dispõe de financiamento para a construção da Transcerrado – rodovia PI-397 –, que se integrará a outras rodovias da região, como as BRs 135 e 235, assim como às ferrovias Transnordestina, Norte-Sul e Carajás-Itaqui.

No momento, o principal objetivo ainda é o de assegurar a infraestrutura exportadora para grãos e outros produtos agrícolas. Planeja-se, estrategicamente, o fortalecimento da agroindústria, para agregar valor aos produtos do Estado, porque se deve ter as vistas voltadas também para o aumento da exportação de produtos processados e/ou semielaborados, de maior valor agregado e geradores de mais postos de trabalho. Neste sentido, há o compromisso de atrair uma rede de frigoríficos e empresas agroindustriais. Sobre pecuária, cumpre destacar a luta que permitiu ao Estado livrar-se da situação de risco desconhecido e obter do Ministério da Agricultura o *status* de risco médio para a febre aftosa. Foi uma conquista que valorizou o rebanho, abriu à comercialização com outros Estados e agregou valor aos produtos derivados, gerando mais emprego e renda para o povo. Na última etapa de vacinação o Estado alcançou o recorde de 93,8% de cobertura. Logo o Piauí estará livre da aftosa, criando as condições sanitárias para a chegada de investidores na criação de gado de corte e de leite, de modo que o atual rebanho de 1,8 milhão de cabeças possa ser duplicado.

A tarefa de fortalecer a economia também inclui decidido apoio ao turismo, seja no litoral, no cinturão de turismo ecoarqueológico, dos Parques Nacionais das Serras da Capivara e das Confusões, no turismo religioso ou, em Teresina, com o turismo de eventos e no fluxo de pessoas que buscam os pólos de educação e saúde. O turismo é um setor que gera importantes oportunidades para atração de investidores, já que está sendo montada uma boa infraestrutura que garante rentabilidade aos negócios de hotelaria, restaurantes e todas as demais atividades ligadas ao “*trading*”.

No tocante à mineração, pretende-se implantar o Fundo Mineral, visando a manter e ampliar o apoio para exploração de níquel, em Coronel Gervásio Oliveira, e de ferro, em Paulistana, assim como outros minérios de elevado potencial de exploração. Uma das ações a serem implementadas será a instalação em Teresina do Centro de Tecnologia Mineral, CETEM, para formar profissionais que deverão atuar na exploração do ferro e do níquel, além de aumentar a pesquisa na área mineral como um todo.

O Piauí conta com importante potencial na área de gás natural, e deve-se reivindicar da União, a continuidade da prospecção e exploração já iniciada na Bacia do Parnaíba. O Poder Central tem uma dívida histórica com o Estado e não se deve ter dúvidas em cobrar a implantação de um grande empreendimento da União no setor mineral piauiense, com a imprescindível participação da Agência Nacional do Petróleo e da Petrobrás. Será um grande projeto, capaz de impor mais aceleração ao processo de desenvolvimento econômico piauiense.

Está bastante clara a estratégia adotada com o objetivo de descentralizar as ações de desenvolvimento do Estado, todavia, não se pode perder de vista a importância econômica de Teresina e seu entorno. Assim, há que expandir ou mesmo criar um novo Distrito Industrial na Grande Teresina, que já conta com um grande empreendimento, a Susano, em instalação. Um REDEX – Recinto Aduaneiro para Exportação – e um CLIA – Centro Logístico e Industrial Aduaneiro – darão continuidade a esse esforço de instrumentalização do processo de desenvolvimento. O propósito é o de consolidar ainda mais a atividade industrial na Grande Teresina e no restante do Piauí, com uma agressiva política de atração de grandes empreendimentos e intensificação das exportações.

Para que se criem mais empregos pela via do desenvolvimento de múltiplas atividades econômicas é preciso, ainda, que sejam realizados investimentos em energia – geração, transmissão e distribuição –, bem como, na conclusão do Porto de Luís Correia e no fortalecimento de serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança pública.

Esse é o quadro em que se desenha um cenário de prosperidade para o Estado e, por via de consequência, o marco em que a SEFAZ-PI deve projetar suas atividades. A análise estratégica e as formulações prescritivas do Plano Estratégico da Instituição devem, portanto, levar em consideração esses elementos, a fim de que uma estrita

articulação seja estabelecida entre a realidade objetiva e as concepções constantes do documento.

5 - O PLANO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico tem como preocupação essencial sistematizar o processo de escolha de estratégias, que são expressas nas diretrizes estratégicas. Sob esse aspecto, os planos constituem a base para a formulação, implementação, acompanhamento e controle das ações estratégicas.

O modelo básico de planejamento estratégico compõe-se de estágios claramente delineados, que envolvem a elaboração da análise estratégica ambiental, a definição da identidade organizacional revelada nas declarações de missão, princípios e visão e, a formulação das orientações estratégicas, expressas nas diretrizes estratégicas e objetivos estratégicos. A essas orientações estratégicas, subordinam-se as orientações táticas, consubstanciadas em metas, indicadores e ações e, orientações operacionais, representadas pelo detalhamento/agendamento das ações.

Todas as formulações presentes no Plano Estratégico da SEFAZ -PI devem ser vistas como um esforço de elevação do seu desempenho e de adequação de seus objetivos, metas e ações ao Plano de Governo do Estado. De outra parte, O Plano Estratégico também especifica parâmetros de controle, destinados a viabilizar o processo de acompanhamento da implementação das ações propostas com vistas ao alcance das metas, dos objetivos e, por via de consequência, da materialização da Visão.

5.1 Análise Estratégica Ambiental

5.1.1 Ambiente Interno – Pontos Fortes

1. Presença da SEFAZ nas decisões do governo;
2. Institucionalização do Planejamento Estratégico;
3. Incremento da arrecadação;
4. Centralização de todas as receitas do Estado em Conta Única;
5. Implantação do PRODAF;
6. Disponibilidade de serviços na web – SIATWEB;
7. Disponibilidade de Sistema Integrado de Administração Tributária – SIAT;
8. Existência de Sistemas de Controle Administrativo;
9. Deferimento Universal no desembaraço das mercadorias em trânsito;
10. Adoção da NF-e - Nota Fiscal Eletrônica;
11. Criação do Comitê Gestor da Receita;
12. Instituição da Inteligência Fiscal;
13. Instituição da Malha fiscal;
14. Implementação de auditorias em aspectos pontuais;
15. Disponibilidade de banco de dados e informações eletrônicos;
16. Transferência para a SEFAZ do banco de dados do IPVA;
17. Implantação do IPVA automático de veículos novos;
18. Disponibilidade de Programa de Educação Fiscal;
19. Treinamento regionalizado para servidores da SEFAZ e profissionais da contabilidade.

5.1.2 Ambiente Interno – Pontos Fracos

1. Falta de conhecimento sistêmico da SEFAZ por parte de seus integrantes;
2. Desconhecimento das atribuições por parte de servidores;
3. Baixo compromisso de alguns gestores com a administração dos recursos humanos a eles vinculados;
4. Necessidade de revisão do PCCS;
5. Inexistência de um Plano de Desenvolvimento do Servidor e de um programa de avaliação de desempenho;
6. Inadequado dimensionamento de pessoal nos setores;
7. Insuficiência de auditores, analistas e programadores;
8. Processo de evasão de analistas do tesouro e da tecnologia da informação;
9. Conflito entre categorias de servidores;
10. Falta de padronização dos procedimentos;
11. Deficiência no atendimento ao público externo;
12. Falta de acessibilidade para pessoas com deficiência no prédio da escola fazendária e nas regionais;
13. Fraca interação entre os setores;
14. Falta de um PDTI;
15. Indisponibilidade de recursos para atualização de equipamentos de TI;
16. Demora no atendimento das demandas dos setores por parte da unidade de tecnologia;
17. Baixo nível de recursos tecnológicos disponíveis no interior;
18. Falta de programa e equipe de manutenção preventiva de equipamentos e instalações;
19. Incipiente funcionamento da Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais;
20. Utilização incipiente de dados e informações eletrônicas;
21. Ausência de controle das importações e exportações;
22. Localização indevida de alguns postos fiscais, cercados por desvios que ensejam a sonegação;
23. Insuficiência de apoio à Unidade e às Agências de Atendimento;
24. Instalações precárias de alguns postos fiscais e Agências de Atendimento;
25. Insuficiência de fiscalização itinerante;
26. Baixo desempenho da fiscalização de mercadorias em trânsito;
27. Baixa utilização das informações armazenadas nos bancos de dados da SEFAZ;
28. Baixo desempenho dos processos de cobrança;
29. Liberação de veículos automotores novos sem o recolhimento do IPVA;
30. Uso insuficiente do FUNDAT;
31. Inadequação do SIAFEM às novas normas de contabilidade pública;
32. Ausência de integração dos sistemas administrativos, da receita e da despesa;

- 33. Controles e relatórios de gestão financeira e contábil elaborados em planilha Excel;
- 34. Inexistência de sistema de Fluxo de Caixa;
- 35. Não implementação do Grupo de Estudo de Procedimentos Contábeis para adequação da contabilidade pública do Estado;
- 36. Estrutura organizacional inadequada da SUDESP.

5.1.3 Ambiente Externo – Oportunidades

1. Investimentos em infraestrutura decorrentes de recursos do PAC;
2. Projeto de implantação de Porto Seco em Teresina;
3. Implantação de novos empreendimentos no Estado;
4. Contínuo crescimento da produção agropecuária;
5. Avanços na exploração mineral;
6. Projetos de implantação das ZPE's;
7. Programas sociais do governo federal induzindo o consumo;
8. Reforma tributária;
9. Linhas de Crédito para financiamento da Modernização da Gestão Fiscal;
10. Possibilidade de ingresso no Cadastro Sincronizado;
11. Possibilidade de maior integração entre os fiscos;
12. Facilidade de acesso à internet, possibilitando a ampliação da prestação de serviços;
13. Possibilidade de auditoria eletrônica;
14. Estudos no âmbito do ENCAT visando a implantação do cupom fiscal por meio eletrônico;
15. Estudos para implantação da Nota fiscal de venda ao consumidor do comércio eletrônico;
16. Estudo no âmbito do ENCAT da inclusão do perfil "c" na escrita fiscal digital (optantes do Simples Nacional);
17. Participação nos encontros nacionais afetos à secretaria;
18. Integração e troca de informações entre Instituições e Órgãos Públicos;
19. Política de adequação da contabilidade pública brasileira às normas internacionais;
20. Implantação do Projeto Sistema Público de Escrituração Digital - SPED e NF-e;
21. Programa nacional de educação fiscal;
22. Capacitação de servidores facilitada através de ensino à distância;
23. Autorização legal para a realização de concurso público para Auditor Fiscal e Analista do Tesouro;

5.1.4 Ambiente Externo – Ameaças

1. Déficit de infraestrutura inibindo a atração de novos empreendimentos;
2. Guerra fiscal entre os estados;
3. Indefinição da reforma tributária;
4. Limitação para o uso das redes de comunicação;
5. Oscilações frequentes no fornecimento de energia no interior do Estado;
6. Riscos de invasão aos sistemas da fazenda;
7. Comércio não presencial;
8. Prática de sonegação fiscal;
9. Lentidão nas respostas dos processos por órgãos externos;
10. Crescimento do estoque da dívida ativa;
11. Comprometimento da programação financeira devido a possível redução das transferências do FPE e sequestro dos precatórios.
12. Injunções externas.
13. Baixo valor das diárias;

5.2 Identidade Organizacional

5.2.1 Declaração de Missão

Promover, com alto desempenho, as atividades de tributação, fiscalização e arrecadação, bem como a gestão da política financeira e contábil do Estado, primando pela excelência no atendimento e contribuindo para a elevação da consciência fiscal e do desenvolvimento do Piauí.

5.2.2 Declaração de Princípios

- Ética e transparência nas ações
- Competência e Integridade funcional
- Desenvolvimento e valorização dos servidores
- Estímulo ao trabalho em equipe
- Melhoria contínua dos processos produtivos
- Integração dos sistemas de trabalho
- Inovação e atualização tecnológica
- Descentralização e orientação para resultados
- Excelência no atendimento
- Responsabilidade e compromisso institucional

5.2.3 Declaração de Visão

Ser reconhecida como referência nacional pelo elevado desempenho em administração tributária, financeira e contábil e pela excelência no atendimento ao cidadão.

5.3 Orientações Estratégicas

5.3.1 Desafios estratégicos - Diretrizes

No marco das Declarações de Missão, de Princípios e da Análise Estratégica Ambiental e, para a materialização da Visão declarada, a SEFAZ há que orientar suas atividades pela superação dos seguintes Desafios que funcionam como Diretrizes para a formulação dos seus Objetivos Estratégicos.

1. Desenvolvimento dos Recursos Humanos
2. Atualização tecnológica
3. Redesenho dos processos
4. Elevação do desempenho da receita
5. Aumento do desempenho da gestão financeira e contábil
6. Elevação da qualidade percebida

5.3.2 Objetivos Estratégicos

1. Assegurar elevado nível de competência profissional e motivação para o trabalho por parte dos Recursos Humanos da Instituição.
2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
3. Alcançar elevado padrão de eficiência e eficácia nos processos operados no âmbito da SEFAZ.
4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
5. Garantir alto desempenho nas práticas de gestão financeira e contábil, contribuindo para o equilíbrio fiscal do Estado.
6. Assegurar elevado grau de qualidade percebida pela sociedade no que se refere aos serviços institucionais.

5.4 Orientações Táticas

As metas, que respondem pelo alcance dos objetivos, são construídas com projeções quantitativas e temporais. As orientações táticas são, assim, consubstanciadas em metas, indicadores e ações. Para um mesmo objetivo, metas podem ser construídas em paralelo ou, eventualmente, em sequencia, quando o alcance de uma, significar pré-requisito para a próxima.

Os objetivos podem, então, ser considerados padrões por meio dos quais se verifica o desempenho institucional, em termos qualitativos. Em termos quantitativos, a medida desse desempenho é chamada de meta. Desse modo, metas alcançadas resultam no atendimento dos respectivos objetivos geradores. Pode-se, assim, realizar uma melhor distribuição das atividades a serem executadas e um acompanhamento de resultados parciais, com base nos parâmetros estabelecidos. Tal acompanhamento permitirá que se verifique, de forma contínua, a viabilidade da concretização da visão declarada.

Por intermédio do esforço de fixar metas, podem-se reconhecer as ações que devem ser concebidas e em que momento devem ser implementadas. Em outras palavras, elas são afirmações detalhadas que especificam, no caso da SEFAZ-PI, como a Instituição pretende alcançar cada um dos objetivos estabelecidos. Representam, enfim, o compromisso em produzir resultados específicos em determinado período de tempo. A interligação de objetivos, metas e ações, proporcionada pelo planejamento, substitui a tomada de decisões gerenciais de forma isolada e desarticulada. Decisões tomadas em consonância com os objetivos, metas e ações, decerto, contribuirão para que se mantenham ou se elevem os níveis de desempenho.

O processo de definição de objetivos obedece, assim, à sequencia hierárquica do Plano Estratégico, constituindo-se na base racional e sistemática para o estabelecimento de metas para níveis organizacionais mais baixos.

O processo de planejamento proporciona um elevado grau de unidade e coesão no desempenho das diferentes funções. Resumidamente, os objetivos da SEFAZ-PI, uma vez decodificados em metas e, essas em ações, devem:

- representar suas finalidades da forma mais conveniente possível;
- ser consistentes horizontal e verticalmente;
- possuir características de operacionalidade;
- ser viáveis, porém desafiantes.

Especificada cada meta, é escolhido um indicador que permita a aferição do seu alcance no processo de acompanhamento. A escolha do indicador leva em conta os elementos constitutivos da meta em termos de projeção quantitativa e temporal. Eles se prestam, portanto, a que o acompanhamento do processo de implementação das ações possa ser realizado de maneira concreta.

As ações correspondem às diligências, atividades e projetos a serem implementados, a fim de que a SEFAZ -PI possa atingir suas metas. Sua concepção orienta-se pela busca do alcance das metas fixadas, e esse processo subordina-se à necessidade de combater os pontos fracos, aproveitar as oportunidades e contornar as ameaças.

Eventualmente, uma ação poderá contribuir para todos esses fins. Os pontos fortes são levados em consideração para o processo de concepção e implementação das ações. Essa concepção condiciona-se, também, ao marco definido pela declaração de missão e declaração de princípios, o que contribui para a congruência, compatibilidade e convergência do processo decisório e de trabalho.

5.4.1 Metas, Indicadores e Ações

Objetivo	Metas	Indicadores	Ações
1. Assegurar elevado nível de competência e motivação para o trabalho por parte dos recursos humanos da instituição.	1.1 Efetivar 100% do Plano de Cargos Carreira e Salários da Secretaria da Fazenda até Dezembro/2013	PCCS implantado	1.1.1 Análise do PCCS para detecção de possíveis distorções; 1.1.2 Elaboração de relatório conclusivo do PCCS.

	1.2 Implantar 100% do Programa de Avaliação de Desempenho até Dezembro/2013 .	Programa de avaliação implantado	1.2.1 Regulamentação do programa de Avaliação de Desempenho; 1.2.2 Aquisição de sistema de avaliação de desempenho; 1.2.3 Desenvolvimento do processo de avaliação de desempenho.
	1.3 Implantar Programa de Capacitação do Servidor até Dezembro/2014 .	Programa de capacitação implantado	1.3.1 Elaboração do programa de capacitação do servidor; 1.3.2 Implementação do programa de capacitação do servidor.
	1.4 Desenvolver 100% das ações do Programa de Qualidade de Vida junto aos servidores da SEFAZ até Dezembro/2014	Programa de qualidade implantado	1.4.1 Elaboração do programa de qualidade de vida do servidor; 1.4.2 Implementação do programa de qualidade de vida do servidor.

Objetivo	Metas	Indicadores	Ações (Projetos, Atividades ou Diligências)
2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.	2.1 Implantar PDTI até Dezembro/2013.	PDTI Implantado	2.1.1 Elaboração do PDTI; 2.1.2 Implantação do plano aprovado.
	2.2 Integrar sistemas das áreas administrativa, tributária e financeira até Dezembro/2014.	Sistemas integrados	2.2.1 Seleção dos sistemas com necessidade de integração; 2.2.2 Integração dos sistemas selecionados.
	2.3 Institucionalizar política de pessoal de TI na SEFAZ até Dezembro/2012.	Política de contratação de pessoal de TI aprovada	2.3.1 Definição do quadro técnico-administrativo de TI; 2.3.2 Proposição de nova política de pessoal.
	2.4 Otimizar velocidade da rede de TI até Dezembro/2012.	Velocidade otimizada	2.4.1 Aquisição de equipamentos aceleradores de link; 2.4.2 Instalação de equipamentos aceleradores de link.
	2.5 Adequar o ambiente de TI aos requisitos atuais de instalações físicas e de segurança, até Dezembro/2013.	Ambiente implantado (sala cofre e ambiente alternativo)	2.5.1 Implantação de ambiente seguro de TI; 2.5.2 Instalação de ambiente alternativo em local diverso.
	2.6 Adequar a capacidade da infraestrutura lógica de TI até Dezembro/2014.	Capacidade adequada	2.6.1 Aquisição de equipamentos de armazenamento e processamento; 2.6.2 Aquisição de equipamentos de conectividade; 2.6.3 Aquisição de licenças de software.

	2.7 Disponibilizar sistema para pesquisa inteligente da legislação tributária até Junho/2013.	Sistema disponibilizado	2.7.1 Seleção de sistemas que permitam pesquisa inteligente da legislação tributária; 2.7.2 Implantação do sistema selecionado.
	2.8 Disponibilizar novos módulos existentes no SIAT na internet até Dezembro/2012.	Sistema disponibilizado	2.8.1 Identificação dos módulos a serem disponibilizados em ordem prioritária. 2.8.2 Disponibilização de novos módulos identificados na internet.

Objetivo	Metas	Indicadores	Ações
3. Alcançar elevado padrão de eficiência e eficácia nos processos operados no âmbito da SEFAZ	3.1 Revisar organograma e regimento interno da SEFAZ até Janeiro/2013.	Organograma e Regimento Interno revisados	3.1.1 Reconcepção do organograma da SEFAZ 3.1.2 Reconcepção do Regimento Interno da SEFAZ
	3.2 Otimizar os Processos com baixo desempenho até Julho/2014.	Quantidade de relatórios sobre processos elaborados	3.2.1 Priorização dos processos a serem redesenhados 3.2.2 Redesenho dos processos com baixo desempenho 3.2.3 Implementação dos processos redesenhados

Objetivo	Metas	Indicadores	Ações
4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.	4.1 Reduzir em 20% a quantidade dos processos na unidade de tributação até Dezembro/2012.	% de redução	4.1.1 Identificação de processos passíveis de redução; 4.1.2 Redesenho da tramitação dos processos identificados; 4.1.3 Adequação da legislação ao redesenho do fluxo dos processos.
	4.2 Realizar estimativas anuais da receita potencial do estado a partir de Janeiro/2013.	Relatórios publicados	4.2.1 Adoção de modelo de estimativa de receita potencial; 4.2.2 Desenvolvimento de modelo de estimativa da Receita Potencial do IPVA.
	4.3 Controlar 100% do comércio exterior até Dezembro/2015.	% do comércio exterior controlado	4.3.1 Adoção de modelo de controle de comércio exterior.
	4.4 Atingir 70% de regularidade fiscal entre os maiores contribuintes monitorados até Dezembro/2013.	Contribuintes monitorados	4.4.1 Definição dos maiores contribuintes; 4.4.2 Sistematização das cobranças das obrigações tributárias; 4.4.3 Elaboração de Relatório mensal de acompanhamento.
	4.5 Implantar monitoramento permanente dos contribuintes irregulares a partir de 2014.	Monitoramento implantado	4.5.1 Monitoramento permanente dos contribuintes irregulares.
	4.6 Implantar novo modelo de fiscalização de trânsito até	Modelo de fiscalização de trânsito implantado	4.6.1 Elaboração de modelo; 4.6.2 Implantação de novo modelo;

	Dezembro/2013.		4.6.3 Elaboração de relatório mensal das atividades do novo modelo.
	4.7 Implantar novo modelo de cobrança administrativa até Dezembro/2013.	Modelo de cobrança administrativa implantado	4.7.1 Implantação de novo modelo;
	4.8 Aportar os recursos ao FUNDAT, conforme previsto na legislação, até Dezembro/2013.	Recursos aportados	4.8.1 Apresentação de relatório circunstanciado a autoridade competente.
	4.9 Implantar Sistema de autenticação de notas fiscais e operações (DANFOP), para órgãos públicos no estado, até Dezembro/2013.	Sistema implantado	4.9.1 Adequação do sistema utilizado na SEFAZ-MA para as regras da SEFAZ-PI; 4.9.2 Implantação do sistema DANFOP adequado
	4.10 Implantar sistema gerenciador do cadastro geral de inadimplentes (CAGIN), até Dezembro/2013.	Sistema implantado	4.10.1 Adequação das regras do sistema utilizado na SEFAZ-MA para as regras da SEFAZ-PI 4.10.2 Implantação do sistema CAGIN adequado
	4.11 Utilização de 100% das informações do SPED (NFe, EFD e ECD) no planejamento e na auditoria fiscal até Dezembro/2015.	Projeto implantado	4.11.1 Implantação de projeto de utilização das informações do SPED Fiscal. 4.11.2 Implantação de projeto de utilização das informações do SPED Contábil.

Objetivo	Metas	Indicadores	Ações
5. Garantir alto desempenho nas práticas de gestão financeira e contábil, contribuindo para o equilíbrio fiscal do Estado.	5.1 Implantar novo sistema integrado de administração orçamentária, financeira e contábil, até Dezembro/2014.	Novo sistema implantado.	5.1.1 Implantação do novo Sistema Integrado de Administração Financeira, Orçamentária e Contábil.
	5.2 Adequar a contabilidade do Estado às normas aplicadas ao setor público de acordo com Portaria nº 828 da STN, até Janeiro/2013.	Normas adequadas.	5.2.1 Implantação dos novos procedimentos contábeis.
	5.3 Implantar novo modelo de gestão de Fluxo de Caixa , até Dezembro/2012.	Novo modelo de gestão de fluxo de caixa implantado.	5.3.1 Implantação do novo modelo de gestão de Fluxo de Caixa.
	5.4 Padronizar os procedimentos da SUDESP, até Dezembro/2014.	Manual de procedimentos elaborado.	5.4.1 Elaboração de manual de Normas e Procedimentos da SUDESP.
	5.5 Implantar novo sistema de gestão da dívida pública estadual, até Dezembro/ 2014.	Novo sistema de gestão da dívida pública implantado.	5.5.1 Implantação de novo sistema de gerenciamento para a Dívida Pública Estadual.

	5.6 Consolidar o estoque de precatórios do estado, conforme a EC 62, até Janeiro/2013.	Estoque de precatórios consolidado.	5.6.1 Conciliação dos valores de inscrição e baixa dos Precatórios.
	5.7 Definir os procedimentos para a carteira imobiliária do BEP/GOV do estado até Dezembro/2012.	Procedimentos definidos.	5.7.1 Gestão da Carteira Imobiliária do BEP/Governo do Estado.

Objetivo	Metas	Indicadores	Ações
6. Assegurar elevado grau de qualidade percebida pela sociedade no que se refere aos serviços institucionais.	6.1 Implantar o Sistema de Gerenciamento de Atendimento - SGA em 10 Agências até Dezembro/2012.	SGA Implantado	6.1.1 Aquisição dos equipamentos necessários ao SGA a serem instalados nas Agências de Atendimento; 6.1.2 Treinamento de pessoal.
	6.2 Disponibilizar estação de trabalho para os contadores/contribuintes em 12 Agências de Atendimento até dezembro/2012.	Estações de trabalho disponibilizadas	6.2.1 Aquisição dos equipamentos necessários, a serem instalados nas Agências de Atendimento; 6.2.2 Divulgação.
	6.3 Implantar periódico trimestral, até Dezembro/2012.	Periódico implantado	6.3.1 Elaboração do Projeto do periódico; 6.3.2 Institucionalização do periódico; 6.3.3 Implantação do periódico.
	6.4 Padronizar procedimentos operacionais nas Agências de Atendimento, até Dezembro/2012.	Manual de procedimentos elaborado	6.4.1 Elaboração do manual de procedimentos operacionais; 6.4.2 Institucionalização dos procedimentos.

5.5 Orientações Operacionais

Cada ação desenhada exige um Detalhamento/Agendamento dos trabalhos que contenha a sua identificação em relação à meta a que está vinculada e, conseqüentemente, em relação ao objetivo estratégico que lhe deu origem. Deve conter o cronograma com a discriminação das etapas para sua implementação, bem como as datas de início e término. Outras informações aí contidas referem-se aos recursos humanos necessários à implementação da ação.

A formulação desses documentos instrui e viabiliza a implementação, o acompanhamento e o controle das ações previstas e permite avaliar em que medida favoreceram a materialização das metas estabelecidas. Estas, por sua vez, possibilitam o alcance dos objetivos estratégicos e, finalmente, concretizam a visão estratégica declarada. Cada Detalhamento/Agendamento de ação deve ser assinado pelo condutor a quem foi cometida a responsabilidade de liderá-la, pelo responsável pela área da Organização em que se desenvolve e pelo seu titular. Isso funciona como um contrato de gestão que facilita o processo de implementação das ações, vez que significa um compromisso. Por parte do condutor, em se responsabilizar pela implementação e, por parte dos demais, o de apoiar esse processo.

Esse conjunto de documentos, aqui nomeado Detalhamento/Agendamento das ações, constitui o que se costuma chamar de Orientações Operacionais Para a implementação do Plano Estratégico. Sua grande importância reside no fato de que baliza todo o processo decisório e de trabalho que deverá se operar no marco do Plano Estratégico da SEFAZ-PI no período de sua vigência.

OBJETIVO:	1. Assegurar elevado nível de competência e motivação para o trabalho por parte dos recursos humanos da instituição.
META:	1.1 Efetivar 100% do Plano de Cargos Carreira e Salários da Secretaria da Fazenda até dezembro/2013.
AÇÃO:	1.1.1 Análise do PCCS para detecção de possíveis distorções.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Revisão da LC nº 062/2005	02/04/2012	15/06/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Maria Dalva Sousa de Resende
- Ana Maria Soares Barros de Castro
- Maria Juraci Alves Câmara
- Manoel Soares da Costa Filho
- Phillippe Salha
- João Vaz Freire Neto
- Carlos Wagner Pereira Dantas
- Túlio Herbert Teixeira Moraes

Condutor da Ação: Maria Dalva Sousa de Resende

Titular da Área: Maria Dalva Sousa de Resende

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	1. Assegurar elevado nível de competência e motivação para o trabalho por parte dos recursos humanos da instituição.
META:	1.1 Efetivar 100% do Plano de Cargos Carreira e Salários da Secretaria da Fazenda até dezembro/2013.
AÇÃO:	1.1.2. Elaboração de relatório conclusivo do PCCS

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Proposição das alterações decorrentes da revisão	18/06/2012	02/08/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Maria Dalva Sousa de Resende
- Ana Maria Soares Barros de Castro
- Maria Juraci Alves Câmara
- Manoel Soares da Costa Filho
- Phillippe Salha
- João Vaz Freire Neto
- Carlos Wagner Pereira Dantas
- Túllio Herbert Teixeira Moraes

Condutor da Ação: Maria Dalva Sousa de Resende

Titular da Área: Maria Dalva Sousa de Resende

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	1. Assegurar elevado nível de competência e motivação para o trabalho por parte dos recursos humanos da instituição.
META:	1.2 Implantar 100% do Programa de Avaliação de Desempenho até dezembro/2013.
AÇÃO:	1.2.1 Regulamentação do pprograma de Avaliação de Desempenho.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Reiteração da solicitação da homologação do decreto.	08/03/2012	09/03/2012	
02	Homologação do Decreto	10/03/2012	30/04/2012	
03	Publicação do Decreto no D.O.E.	02/05/2012	10/05/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Maria Juraci Alves Câmara
- Ana Maria Soares Barros de Castro
- Maria Dalva Sousa de Resende

Condutor da Ação: Maria Juraci Alves Câmara

Titular da Área: Maria Dalva Sousa de Resende

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	1. Assegurar elevado nível de competência e motivação para o trabalho por parte dos recursos humanos da instituição.
META:	1.2. Implantar 100% do Programa de Avaliação de Desempenho até dezembro/2013.
AÇÃO:	1.2.2 Aquisição do Sistema de Avaliação de Desempenho

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Efetivação da compra do sistema	01/03/2012	30/04/2012	Dependendo da execução do proc. licitatório

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Maria Juraci Alves Câmara
- Ana Maria Soares Barros de Castro

Condutor da Ação: Maria Juraci Alves Câmara

Titular da Área: Maria Dalva Sousa de Resende

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	1. Assegurar elevado nível de competência e motivação para o trabalho por parte dos recursos humanos da instituição.
META:	1.2. Implantar 100% do Programa de Avaliação de Desempenho até dezembro/2013.
AÇÃO:	1.2.3 Desenvolvimento do processo de AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapas	Descrição	Início	Término	Observação
01	Constituição da Comissão de avaliação	07/05/2012	30/05/2012	
02	Capacitação da Comissão de avaliação	04/06/2012	29/06/2012	
03	Divulgação do processo de avaliação junto aos servidores.	02/07/2012	31/12/2012	
04	Seleção de uma UNIDADE para experimentação da eficácia do programa	02/01/2013	31/01/2013	
05	Emissão dos relatórios da AVALIAÇÃO de desempenho	04/02/2013	06/02/2013	
06	Verificação da eficácia do processo	07/02/2013	11/02/2013	
07	Execução do processo no âmbito da SEFAZ	04/03/2013	30/04/2013	
08	Emissão e análise dos relatórios para efeito de capacitação e progressão/promoção	02/05/2013	30/06/2013	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Maria Juraci Alves Câmara
- Ana Maria Soares Barros de Castro

Condutor da Ação:

Maria Juraci Alves Câmara

Titular da Área:

Maria Dalva Sousa de Resende

Titular da Instituição:

Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	1. Assegurar elevado nível de competência e motivação para o trabalho por parte dos recursos humanos da instituição.
META:	1.3 Implantar Programa de Capacitação do Servidor até dezembro/2014.
AÇÃO:	1.3.1. Elaboração do programa de capacitação do servidor.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Solicitação aos setores da demanda de cursos necessários para a área de atuação	02/07/2013	15/07/2013	
02	Programação de eventos de capacitação resultantes da Avaliação de Desempenho	05/08/2013	20/08/2013	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Maria Juraci Alves Câmara
- Raimunda Nonata Gonçalves Bastos
- Ana Maria Soares Barros de Castro
- Daniel de Sousa Ferreira

Condutor da Ação: Raimunda Nonata Bastos Pereira

Titular da Área: Maria Dalva Sousa de Resende

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	1. Assegurar elevado nível de competência e motivação para o trabalho por parte dos recursos humanos da instituição.
META:	1.3 Implantar Programa de Capacitação do Servidor até dezembro/2014
AÇÃO:	1.3.2. Implementação do programa de Capacitação do Servidor

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapas	Descrição	Início	Término	Observação
01	Definição do público alvo	21/08/2013	16/09/2013	
02	Seleção dos instrutores	17/09/2013	10/10/2013	
03	Elaboração dos projetos de capacitação	11/10/2013	08/11/2013	
04	Execução do projeto	02/12/2013	30/12/2013	
05	Avaliação da execução do projeto	02/01/2014	09/01/2014	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Maria Juraci Alves Câmara
- Raimunda Nonata Gonçalves Bastos
- Ana Maria Soares Barros de Castro
- Daniel de Sousa Ferreira

Condutor da Ação: Raimunda Nonata Bastos Pereira

Titular da Área: Maria Dalva Sousa de Resende

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	1. Assegurar elevado nível de competência e motivação para o trabalho por parte dos recursos humanos da instituição.
META:	1.4 Desenvolver 100% das ações do Programa de Qualidade de Vida junto aos servidores da SEFAZ até dezembro/2014
AÇÃO:	1.4.1 Elaboração do programa de qualidade de vida do servidor

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Revisão do programa elaborado	19/03/12	02/04/2012	
02	Correção das possíveis distorções	30/04/2012	05/05/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Maria Juraci Alves Câmara
- Elenice Maria Viana de Figueredo Monteiro
- Ana Maria Soares Barros de Castro
- Daniel de Sousa Ferreira
- Kelly de Abreu Valverde

Condutor da Ação: Elenice Viana de Figueredo Monteiro

Titular da Área: Maria Dalva Sousa de Resende

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	1. Assegurar elevado nível de competência e motivação para o trabalho por parte dos recursos humanos da instituição.
META:	1.4 Desenvolver 100% das ações do Programa de Qualidade de Vida junto aos servidores da SEFAZ até dezembro/2014
AÇÃO:	1.4.2 Implementação do programa de qualidade de vida do servidor

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Elaboração de projetos das ações constantes do programa	09/04/2012	31/05/2012	
02	Contratação de profissionais especializados	04/06/2012	31/07/2012	
03	Divulgação dos projetos junto ao público alvo	01/08/2012	28/09/2012	
04	Execução dos projetos	01/10/2012	20/12/2012	
05	Avaliação das ações implementadas	02/01/2013	15/01/2013	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Maria Juraci Alves Câmara
- Elenice Maria Viana de Figueredo Monteiro
- Ana Maria Soares Barros de Castro
- Daniel de Sousa Ferreira
- Kelly de Abreu Valverde

Condutor da Ação: Elenice Viana de Figueredo Monteiro

Titular da Área: Maria Dalva Sousa de Resende

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.1 Implantar PDTI até dezembro/2013
AÇÃO:	2.1.1 Elaboração do PDTI.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Contratação de consultoria.	01/12/2011	30/08/2012	Está em fase de licitação
02	Análise e diagnóstico da situação atual.	03/09/2012	01/11/2012	
03	Desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do PDTI.	05/11/2012	04/03/2013	
04	Apresentação da minuta do PDTI.	05/03/2013	12/03/2013	
05	Aprovação do PDTI.	13/03/2013	19/03/2013	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Ellen Gera de Brito Moura
- Januário da Ponte Lopes
- Melquisedeque de Brito Cardoso
- Antonio Luiz Soares Santos

Condutor da Ação: Carlos Alexandre Tavares Leite

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.1 Implantar PDTI até dezembro/2013
AÇÃO:	2.1.2 Implantação do plano aprovado.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Institucionalização do PDTI aprovado.	20/03/2013	27/03/2013	
02	Elaboração do cronograma de implantação.	28/03/2013	25/04/2013	
03	Execução do cronograma de implantação.	26/04/2013	30/12/2013	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Ellen Gera de Brito Moura
- Januário da Ponte Lopes
- Melquisedeque de Brito Cardoso
- Antonio Luiz Soares Santos

Condutor da Ação: Januário da Ponte Lopes

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.2 Integrar sistemas das áreas administrativa, tributária e financeira até dezembro/2014
AÇÃO:	2.2.1 Seleção dos sistemas com necessidade de integração.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Identificação, junto às áreas, dos sistemas a serem integrados.	05/11/2012	04/03/2013	
02	Formação de equipe técnica responsável pela integração.	05/03/2013	12/03/2013	
03	Elaboração de cronograma.	13/03/2013	29/03/2013	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Ellen Gera de Brito Moura
- Januário da Ponte Lopes
- Melquisedeque de Brito Cardoso
- Antonio Luiz Soares Santos

Condutor da Ação:

Ellen Gera de Brito Moura

Titular da Área:

Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição:

Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.2 Integrar sistemas das áreas administrativa, tributária e financeira até dezembro/2014
AÇÃO:	2.2.2 Integração dos sistemas selecionados.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Desenvolvimento das atividades previstas no cronograma.	02/04/2013	06/08/2014	
02	Capacitação dos usuários nas novas funcionalidades	20/08/2014	21/10/2014	
03	Implantação da integração dos sistemas	22/10/2014	18/12/2014	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Ellen Gera de Brito Moura
- Januário da Ponte Lopes
- Melquisedeque de Brito Cardoso
- Antonio Luiz Soares Santos

Condutor da Ação:

Ellen Gera de Brito Moura

Titular da Área:

Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição:

Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.3. Institucionalizar política de pessoal de TI na SEFAZ até dezembro/2012
AÇÃO:	2.3.1 Definição do quadro técnico-administrativo de TI.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
1	Pesquisa de estrutura de quadro técnico-administrativo de TI no âmbito de outras Secretarias da Fazenda.	02/04/2012	30/04/2012	
2	Análise comparativa das estruturas de TI pesquisadas.	02/05/2012	29/06/2012	
3	Definição da estrutura adequada de pessoal de TI.	02/07/2012	13/07/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Antonio Luiz Soares Santos
- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Marcos Antonio Celestino de Sousa

Condutor da Ação: Antonio Luiz Soares Santos

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.3. Institucionalizar política de pessoal de TI na SEFAZ até dezembro/2012
AÇÃO:	2.3.2. Proposição de nova política de pessoal.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
1	Elaboração da proposta da nova política de pessoal de TI.	06/08/2012	16/08/2012	
2	Sensibilização da autoridade competente para aprovação da proposta definida.	03/09/2012	17/10/2012	
3	Elaboração das minutas de alteração da legislação.	22/10/2012	09/11/2012	
4	Publicação da legislação da nova política de pessoal de TI.	03/12/2012	10/12/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Ellen Gera de Brito Moura
- Melquisedeque de Brito Cardoso
- Antonio Luiz Soares Santos

Condutor da Ação:

Antonio Luiz Soares Santos

Titular da Área:

Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição:

Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.4. Otimizar velocidade da rede de TI até dezembro/2012
AÇÃO:	2.4.1. Aquisição de equipamentos aceleradores de link.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
1	Alteração do processo de aquisição para as normas do BID	22/03/2012	25/04/2012	
2	Aquisição dos equipamentos	26/04/2012	22/10/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Eduardo Fernandes Brito

Condutor da Ação: Carlos Alexandre Tavares Leite

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.4. Otimizar velocidade da rede de TI até dezembro/2012
AÇÃO:	2.4.2. Instalação de equipamentos aceleradores de link.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
1	Configuração e teste dos equipamentos adquiridos	23/10/2012	06/11/2012	
2	Instalação dos equipamentos testados	07/11/2012	27/12/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Francisco Ferreira de Carvalho
- Eric Waquim Rodrigues
- Eduardo Fernandes Brito

Condutor da Ação: Carlos Alexandre Tavares Leite

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.5. Adequar o ambiente de TI aos requisitos atuais de instalações físicas e de Segurança, até dezembro/2013
AÇÃO:	2.5.1. Implantação de ambiente seguro de TI.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
1	Elaboração do projeto de ambiente seguro	10/09/2012	20/12/2012	
2	Contratação de empresa especializada para implantação	15/01/2013	28/03/2013	
3	Elaboração de cronograma de implantação	08/04/2013	23/04/2013	
4	Implantação de ambiente seguro	06/05/2013	19/12/2013	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Antonio Luiz Soares Santos
- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Eduardo Fernandes Brito
- Eric Waquim Rodrigues

Condutor da Ação:

Carlos Alexandre Tavares Leite

Titular da Área:

Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição:

Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.5. Adequar o ambiente de TI aos requisitos atuais de instalações físicas e de Segurança, até dezembro/2013
AÇÃO:	2.5.2. Instalação de ambiente alternativo em local diverso.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
1	Elaboração do projeto de ambiente alternativo seguro	10/09/2012	20/12/2012	
2	Contratação de empresa especializada para implantação	15/01/2013	28/03/2013	
3	Elaboração de cronograma de implantação	08/04/2013	23/04/2013	
4	Implantação de ambiente seguro	06/05/2013	19/12/2013	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Eric Waquim Rodrigues
- Eduardo Fernandes Brito

Condutor da Ação: Carlos Alexandre Tavares Leite

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.6. Adequar a capacidade da infra-estrutura lógica de TI até dezembro/2014
AÇÃO:	2.6.1. Aquisição de equipamentos de armazenamento e processamento.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
1	Projeção de capacidade de armazenamento e processamento para os próximos 5 anos	05/06/2012	20/12/2012	
2	Especificação de necessidades de equipamentos	07/01/2013	23/05/2013	
3	Aquisição de equipamentos	04/06/2013	20/12/2014	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Ellen Gera de Brito Moura
- Melquisedeque de Brito Cardoso

Condutor da Ação: Melquisedeque de Brito Cardoso

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.6. Adequar a capacidade da infra-estrutura lógica de TI até dezembro/2014
AÇÃO:	2.6.2. Aquisição de equipamentos de conectividade.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
1	Especificação de necessidades de equipamentos	05/06/2012	20/12/2012	
2	Aquisição de equipamentos de conectividade	04/06/2013	20/12/2014	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Eric Waquim Rodrigues
- Melquisedeque de Brito Cardoso

Condutor da Ação: Carlos Alexandre Tavares Leite

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.6. Adequar a capacidade da infra-estrutura lógica de TI até dezembro/2014.
AÇÃO:	2.6.3. Aquisição de licenças de software.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
1	Especificação das necessidades de licenças de software	05/06/2013	14/08/2013	
2	Aquisição de licenças	22/10/2013	23/10/2014	
3	Instalação dos softwares	05/01/2014	20/12/2014	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Ellen Gera de Brito Moura
- Melquisedeque de Brito Cardoso

Condutor da Ação:

Ellen Gera de Brito Moura

Titular da Área:

Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição:

Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.7. Disponibilizar sistema para pesquisa inteligente da legislação tributária até junho/2013
AÇÃO:	2.7.1. Seleção de sistemas que permitam pesquisa inteligente da legislação tributária.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
1	Pesquisa de ferramentas que facilitem o processo de consulta à legislação	03/04/2012	24/04/2012	
2	Seleção da ferramenta	02/05/2012	17/05/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Ellen Gera de Brito Moura
- Melquisedeque de Brito Cardoso

Condutor da Ação: Melquisedeque de Brito Cardoso

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.7. Disponibilizar sistema para pesquisa inteligente da legislação tributária até junho/2013
AÇÃO:	2.7.2. Implantação do sistema selecionado.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
1	Aquisição da ferramenta de pesquisa inteligente	05/06/2012	20/12/2012	
2	Elaboração de cronograma de implantação	07/01/2013	11/01/2013	
3	Implantação da ferramenta	14/01/2013	20/06/2013	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Ellen Gera de Brito Moura
- Melquisedeque de Brito Cardoso

Condutor da Ação: Melquisedeque de Brito Cardoso

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.8. Disponibilizar novos módulos existentes no SIAT na internet até dezembro/2012.
AÇÃO:	2.8.1. Identificação dos módulos a serem disponibilizados em ordem prioritária.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Identificação, com a área de atendimento, dos serviços mais demandados nas agências.	15/03/2012	26/03/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Antonio Luiz Soares Santos
- Marcos Antonio Celestino de Sousa
- Paulo Roberto de Holanda Monteiro

Condutor da Ação: Marcos Antonio Celestino de Sousa

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	2. Atingir alto grau de compatibilidade entre a tecnologia da informação utilizada e os requisitos impostos pela modernidade administrativa.
META:	2.8. Disponibilizar novos módulos existentes no SIAT na internet até dezembro/2012.
AÇÃO:	2.8.2. Disponibilização de novos módulos identificados na internet.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Formação de equipe técnica responsável por disponibilização dos serviços no auto-atendimento.	27/03/2012	12/04/2012	
02	Elaboração de cronograma de atividades.	16/04/2012	20/04/2012	
03	Disponibilização dos serviços no auto-atendimento.	23/04/2012	20/12/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Ellen Gera de Brito Moura
- Januário da Ponte Lopes
- Melquisedeque de Brito Cardoso
- Antonio Luiz Soares Santos

Condutor da Ação: Januário da Ponte Lopes

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	3. Alcançar elevado padrão de eficiência e eficácia nos processos operados no âmbito da SEFAZ.
META:	3.1. Revisar organograma e regimento interno da SEFAZ até dezembro/2013
AÇÃO:	3.1.1. Reconcepção do organograma da SEFAZ

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Solicitação a todas as unidades da Secretaria, por meio das Superintendências, de manifestação sobre a conformidade do organograma em vigor no seu âmbito.	02/04/2012	15/04/2012	
02	Identificação das desconformidades existentes entre o organograma em vigor e o da realidade de cada unidade da SEFAZ	16/04/2012	30/06/2012	
03	Emissão de Relatório conclusivo.	01/07/2012	15/07/2012	
04	Proposição de novo organograma.	16/07/2012	30/07/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Maria Dalva Sousa de Resende
- Sergio Roberto Genuíno de Oliveira Breuel
- Maria Juraci Alves Câmara

Condutor da Ação: Maria Juraci Alves Câmara

Titular da Área: Maria Dalva de Sousa Resende

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	3. Alcançar elevado padrão de eficiência e eficácia nos processos operados no âmbito da SEFAZ.
META:	3.1. Revisar o organograma e o regimento interno da SEFAZ até dezembro/2012
AÇÃO:	3.1.2. Reconcepção do Regimento Interno da SEFAZ

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Solicitação a todas as unidades da Secretaria, por meio das Superintendências, de manifestação sobre a conformidade do Regimento Interno em vigor no seu âmbito.	02/04/2012	15/04/2012	
02	Identificação das desconformidades existentes entre o Regimento Interno em vigor e a realidade de cada unidade da SEFAZ	16/04/2012	30/06/2012	
03	Emissão de relatório conclusivo	01/07/2012	15/07/2012	
04	Proposição de novo regimento.	16/07/2012	30/07/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Maria Dalva Sousa de Resende
- Sergio Roberto Genuíno de Oliveira Breuel
- Maria Juraci Alves Câmara

Condutor da Ação: Maria Juraci Alves Câmara

Titular da Área: Maria Dalva Sousa de Resende

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	3. Alcançar elevado padrão de eficiência e eficácia nos processos operados no âmbito da SEFAZ.
META:	3.2. Otimizar os Processos com baixo desempenho até dezembro/2013
AÇÃO:	3.2.1. Priorização dos processos a serem redesenhados

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Consulta junto às áreas dos processos com baixo desempenho.	01/08/12	31/08/12	
02	Elaboração de lista dos processos com baixo desempenho.	01/09/12	15/09/12	
03	Identificação dos processos a serem redesenhados	16/09/12	30/09/12	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Cristovam Colombo dos Santos Cruz
- Sergio Roberto Genuíno de Oliveira Breuel
- Emílio Joaquim de Oliveira Júnior

Condutor da Ação: Cristovam Colombo dos Santos Cruz

Titular da Área: Emílio Joaquim de Oliveira Júnior

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	3. Alcançar elevado padrão de eficiência e eficácia nos processos operados no âmbito da SEFAZ.
META:	3.2. Otimizar os Processos com baixo desempenho até dezembro/2013
AÇÃO:	3.2.2. Redesenho dos processos com baixo desempenho

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Elaboração do TdR para contratação de consultoria	01/10/2012	31/10/2012	
02	Contratação de consultoria	01/11/2012	28/02/2013	
03	Mapeamento dos processos priorizados junto com as áreas	01/03/2013	31/05/2013	
04	Emissão do relatório da consultoria	01/06/2013	15/06/2013	
05	Análise e aprovação do relatório da consultoria	16/06/2013	30/06/2013	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Cristovam Colombo dos Santos Cruz
- Sergio Roberto Genuíno de Oliveira Breuel
- Emílio Joaquim de Oliveira Júnior
- Equipe de cada área

Condutor da Ação: Sérgio Roberto G. de Oliveira Breuel

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	3. Alcançar elevado padrão de eficiência e eficácia nos processos operados no âmbito da SEFAZ.
META:	3.2. Otimizar os Processos com baixo desempenho até dezembro/2013
AÇÃO:	3.2.3. Implementação dos processos redesenhados

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Definição da equipe responsável pela implantação dos processos em cada área	01/07/2013	05/07/2013	
02	Capacitação dos servidores no fluxo do processo redesenhado	08/07/2013	08/08/2013	
03	Implementação dos processos redesenhados	10/08/2013	31/12/2013	
04	Monitoramento e avaliação do processo redesenhado	02/01/2014	02/04/2014	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Cristovam Colombo dos Santos Cruz
- Emílio Joaquim de Oliveira Júnior
- Equipe de cada área

Condutor da Ação: Cristovam Colombo dos Santos Cruz

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.1. Reduzir em 20% a quantidade dos processos na unidade de tributação até dezembro/2012.
AÇÃO:	4.1.1. Identificação de processos passíveis de redução;

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Levantamento dos processos protocolados por assunto dirigidos a UNATRI	15/03/2012	30/04/2012	
02	Seleção dos processos passíveis de redução;	02/05/2012	31/05/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Lísia Marques Martins Vilarinho
- Mário Rodrigues de Azevedo Filho
- Orisvaldo Teixeira Mineiro
- Juliana Maria Martins Lobão da Rocha

Condutor da Ação: Lísia Marques Martins Vilarinho

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.1. Reduzir em 20% a quantidade dos processos na unidade de tributação até dezembro/2012.
AÇÃO:	4.1.2. Redesenho da tramitação dos processos identificados;

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Elaboração do fluxograma da tramitação, por assunto, dos processos selecionados	01/06/2012	30/06/2012	
02	Análise do fluxograma	1º/07/2012	30/08/2012	
03	Desenho de um novo fluxograma	1º/09/2012	15/09/2012	
04	Descrição das etapas do fluxograma	16/09/2012	30/09/2012	
05	Definição dos setores responsáveis por cada etapa	16/09/2012	30/09/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Lísia Marques Martins Vilarinho
- Mário Rodrigues de Azevedo Filho Orisvaldo Teixeira Mineiro
- Juliana Maria Martins Lobão da Rocha

Condutor da Ação: Lísia Marques Martins Vilarinho

Titular da Área: Juliana Maria Martins Lobão da Rocha

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.1. Reduzir em 20% a quantidade dos processos na unidade de tributação até dezembro/2012.
AÇÃO:	4.1.3. Adequação da legislação ao redesenho do fluxo dos processos.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Identificação das normas passíveis de alteração	01/10/2012	30/10/2012	
02	Elaboração de minuta de normas regulamentando novos procedimentos	01/11/2012	30/11/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Lísia Marques Martins Vilarinho
- Mário Rodrigues de Azevedo Filho
- Orisvaldo Teixeira Mineiro
- Juliana Maria Martins Lobão da Rocha

Condutor da Ação: Lísia Marques Martins Vilarinho

Titular da Área: Juliana Maria Martins Lobão da Rocha

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO :	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial
META :	4.2. Realizar estimativas anuais da receita potencial do estado a partir de jul/2013
AÇÃO :	4.2.1 Adoção de modelo de estimativa da Receita Potencial do ICMS

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Elaboração de Termo de Referência para contratação de consultoria	11/03/2012	07/04/2012	
02	Abertura de processo licitatório e contratação da consultoria	08/04/2012	30/07/2012	
03	Desenvolvimento do modelo e/ou aquisição de Software	01/08/2012	31/01/2013	
04	Treinamento dos servidores da Assessoria	01/02/2013	28/02/2013	
05	Implementação do modelo	01/03/2013	30/06/2013	
06	Avaliação dos resultados apresentados	A partir de 01/07/2013		

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Emílio Joaquim de Oliveira Júnior
- Kléber Luz Cavalcante de Araújo Luz
- Manoel Lopes Batista
- Pedro Afonso Cavalcante de Queiroz

Condutor da Ação:

Emílio Joaquim de Oliveira Júnior

Titular da Área:

Antônio Silvano Alencar de Almeida

Titular da Instituição:

Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO :	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial
META:	4.2. Realizar estimativas anuais da receita potencial do estado a partir de jul/2013
AÇÃO:	4.2.2. Desenvolvimento de modelo de estimativa da Receita Potencial do IPVA

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Levantamento de dados sobre a frota de veículos automotores por categoria	01/07/2013	31/08/2013	
02	Comparação da frota existente com a receita arrecadada por categoria de veículos	01/09/2013	30/09/2013	
03	Aferição da renúncia de receita por categoria de veículos	01/10/2013	30/11/2013	
04	Elaboração e implementação do modelo	01/12/2013	31/01/2014	
05	Avaliação dos resultados apresentados	A partir de 01/02/2014		

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Emílio Joaquim de Oliveira Júnior
- Kléber Cavalcante de Araújo Luz
- Manoel Lopes Batista
- Pedro Afonso Cavalcante de Queiroz

Condutor da Ação: Emílio Joaquim de Oliveira Júnior

Titular da Área: Antônio Silvano Alencar de Almeida

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.3. Controlar 100% do comércio exterior até dezembro/2015.
AÇÃO:	4.3.1. Adoção de modelo de controle das exportações

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Identificação de um modelo já existente em outra UF	01/04/2012	30/04/2012	
02	Realização de visita técnica à UF identificada	01/05/2012	31/05/2012	
03	Elaboração do modelo para a SEFAZ-PI	01/06/2012	31/07/2012	
04	Elaboração de minuta contendo as alterações necessárias na legislação estadual	01/08/2012	31/08/2012	
06	Alteração da legislação pela UNATRI	01/09/2012	30/09/2012	
07	Identificação das funcionalidades a serem desenvolvidas no SIAT	01/09/2012	30/09/2012	
08	Desenvolvimento do sistema pela UNITEC	01/10/2012	30/06/2013	
08	Realização de testes com vistas à homologação do sistema	01/07/2013	31/07/2013	
09	Realização de treinamento dos usuários do sistema	01/08/2013	31/08/2013	
10	Divulgação das alterações para os contribuintes	01/08/2013	31/08/2013	
11	Implantação do modelo	01/09/2013	31/12/2013	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Orlando Barbosa Paz Filho
- Christiane Carvalho Fontenelle
- Rosana Maria Araújo Leal
- Antônio Luiz Soares Santos

Condutor da Ação: Orlando Barbosa Paz Filho

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.4. Atingir 70% de Regularidade Fiscal entre os Maiores Contribuintes monitorados, até dezembro/2012.
AÇÃO:	4.4.1. Definição dos maiores contribuintes

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Levantamento dos contribuintes que representaram 90% da arrecadação do ICMS de 2011	15/03/2012	31/03/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Marly Monte de Carvalho Sobra
- Maria Zoranildes Barbosa Ribeiro

Condutor da Ação: Marly Monte de Carvalho Sobral

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.4. Atingir 70% de Regularidade Fiscal entre os maiores contribuintes monitorados, até dezembro/2012.
AÇÃO:	4.4.2. Sistematização da cobrança das obrigações tributárias

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Definição dos procedimentos adotados	01/04/2012	30/04/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Marly Monte de Carvalho Sobra
- Orlando Barbosa Paz Filho
- Iara da Silva Xavier

Condutor da Ação: Marly Monte de Carvalho Sobral

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.4. Atingir 70% de Regularidade Fiscal entre os Maiores Contribuintes monitorados, até dezembro/2012.
AÇÃO:	4.4.3. Elaboração de Relatório Mensal de acompanhamento

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Definição das informações necessárias ao relatório	01/05/2012	31/05/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Marly Monte de Carvalho Sobra
- Orlando Barbosa Paz Filho
- Iara da Silva Xavier

Condutor da Ação: Marly Monte de Carvalho Sobral

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.5. Implantar monitoramento permanente dos contribuintes irregulares a partir de janeiro/2014
AÇÃO:	4.5.1. Monitoramento permanente dos contribuintes irregulares

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Definição dos tipos de malha a serem implantadas	01/05/2012	30/06/2012	
02	Elaboração do projeto de malhas	01/07/2012	31/12/2012	
03	Identificação das funcionalidades do sistema	01/01/2013	28/02/2013	
04	Desenvolvimento do sistema pela UNITEC	01/03/2013	31/08/2013	
05	Elaboração da minuta de alteração da legislação	01/03/2013	30/04/2013	
06	Adequação da legislação	01/05/2013	30/06/2013	
07	Treinamento dos usuários	01/07/2013	31/12/2013	
08	Divulgação	01/07/2013	31/12/2013	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Anísio Soares Barbosa Filho
- Osvaldo Lopes Araújo
- Adriana Girio Matos
- Juliana Maria Martins Lobão da Rocha
- Antonio Luiz Soares Santos
- Paulo Roberto de Holanda Monteiro

Condutor da Ação: Anísio Soares Barbosa Filho

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.6. Implantar novo modelo de fiscalização de trânsito até dezembro/2013.
AÇÃO:	4.6.1. Elaboração de modelo

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Elaboração de diagnóstico do modelo atual	15/03/2012	15/04/2012	
02	Participação no ENCAT para conhecimento de modelos em prática em outros estados	14/03/2012	15/03/2012	
03	Realização de Seminário em Teresina para apresentação de modelo piloto em discussão no ENCAT	20/03/2012	20/04/2012	
04	Elaboração do modelo	01/06/2012	31/07/2012	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Raimundo Augusto Lima Neto
- Saint-Clair de Holanda Cavalcante Neto
- Danilo Ferreira Marim
- Luís Miguel de Moraes
- José Lima Coutinho

Condutor da Ação: Raimundo Augusto Lima Neto

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.6. Implantar novo modelo de fiscalização de trânsito até dezembro/2013.
AÇÃO:	4.6.2. Implantação de novo modelo

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Realização das possíveis ações de suporte a implementação do novo modelo	01/08/2012	31/07/2013	
02	Treinamento das equipes	01/08/2012	31/09/2012	
03	Implantação do novo modelo	01/09/2012	30/12/2013	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Raimundo Augusto Lima Neto
- Saint-Clair de Holanda Cavalcante Neto
- Danilo Ferreira Marim
- Luís Miguel de Moraes
- José Lima Coutinho

Condutor da Ação: Raimundo Augusto Lima Neto

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.6. Implantar novo modelo de fiscalização de trânsito até dezembro/2013.
AÇÃO:	4.6.3. Elaboração de relatório mensal das atividades do novo modelo

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Detalhamento dos dados que comporão o relatório			
02	Desenho do layout do relatório			
03	Solicitação do relatório para Unitec			

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Raimundo Augusto Lima Neto
- Saint-Clair de Holanda Cavalcante Neto
- Danilo Ferreira Marim
- Luís Miguel de Moraes
- José Lima Coutinho

Condutor da Ação: Raimundo Augusto Lima Neto

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.7 Implantar novo modelo de cobrança administrativa até dezembro/2013
AÇÃO:	4.7.1. Implantação do novo modelo

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Elaboração de diagnóstico da situação atual	15/03/12	30/04/12	
02	Visita a outras UF's para conhecer modelos existentes	15/03/12	30/04/12	
03	Redesenho do novo modelo	01/05/12	30/06/12	
04	Elaboração de minuta de norma regulamentando os novos procedimentos	01/07/12	31/08/12	
05	Adequação da legislação	01/09/12	31/10/12	
06	Definição das funcionalidades do SIAT a serem desenvolvidas	01/11/12	30/11/12	
07	Desenvolvimento do sistema pela UNITEC	01/12/12	31/08/13	
08	Homologação do sistema	01/09/13	30/09/13	
09	Treinamento dos usuários	01/10/13	31/10/13	
10	Implantação do novo modelo	01/11/13	31/12/13	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Raimundo Nonato Farias Trigo
- Juaceli Soares da Costa
- Anísio Soares Barbosa Filho
- Alfredo Irapuã Ribeiro Mendes
- Juliana Maria Martins Lobão
- Antônio Luiz Soares Santos

Condutor da Ação:

Raimundo Nonato Farias Trigo

Titular da Área:

Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição:

Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.8 Aportar, até dezembro/2013, os recursos ao FUNDAT, conforme previsto na legislação
AÇÃO:	4.8.1. Apresentação de relatório circunstanciado a autoridade competente

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Levantamento dos valores a serem depositados	05/03/12	07/03/12	
02	Elaboração de documento ao Secretário da Fazenda solicitando providencias	08/03/12	08/03/12	
03	Documento encaminhado ao Secretário da Fazenda	08/03/12	08/03/12	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Maria Dalva de Sousa Resende

Condutor da Ação: Maria Dalva de Sousa Resende

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.9 Implantar sistema de autenticação de notas fiscais e operações (DANFOP), para órgãos públicos no estado, até dezembro/2013
AÇÃO:	4.9.1. Adequação do sistema utilizado na SEFAZ-MA para as regras da SEFAZ-PI

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Formação de equipe para análise do sistema da SEFAZ-MA e das regras da SEFAZ -PI	07/08/12	14/08/12	
02	Identificação das regras a serem adequadas no sistema compartilhado pela SEFAZ-MA	21/08/12	19/09/12	
03	Elaboração de cronograma de adequação	25/09/12	02/10/12	
04	Execução do cronograma de adequação	09/10/12	18/12/12	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Januário da Ponte Lopes
- Ellen Gera de Brito Moura
- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Melquisedeque de Brito Cardoso

Condutor da Ação:

Januário da Ponte Lopes

Titular da Área:

Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição:

Antonio Silvano de Alencar Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.9 Implantar sistema de autenticação de notas fiscais e operações (DANFOP), para órgãos públicos no estado, até dezembro/2013
AÇÃO:	4.9.2. Implantação do sistema DANFOP adequado

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Sensibilização da autoridade competente para publicação de normas regulamentadoras do DANFOP	08/01/13	14/03/13	
02	Elaboração do cronograma de implantação	08/01/13	22/01/13	
03	Execução do cronograma de implantação	05/02/13	18/09/13	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Januário da Ponte Lopes
- Ellen Gera de Brito Moura
- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Melquisedeque de Brito Cardoso

Condutor da Ação: Januário da Ponte Lopes

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antonio Silvano de Alencar Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.10 Implantar sistema gerenciador do cadastro geral de inadimplentes (CAGIN), até dezembro/2013.
AÇÃO:	4.10.1. Adequação das regras do sistema utilizado na SEFAZ-MA para as regras da SEFAZ-PI

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Formação de equipe para análise do sistema da SEFAZ-MA e das regras da SEFAZ -PI	07/08/12	14/08/12	
02	Identificação das regras a serem adequadas no sistema compartilhado pela SEFAZ-MA	21/08/12	19/09/12	
03	Elaboração de cronograma de adequação	25/09/12	02/10/12	
04	Execução do cronograma de adequação	09/10/12	18/12/12	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Januário da Ponte Lopes
- Ellen Gera de Brito Moura
- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Melquisedeque de Brito Cardoso

Condutor da Ação: Januário da Ponte Lopes

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antonio Silvano de Alencar Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.10 Implantar sistema gerenciador do cadastro geral de inadimplentes (CAGIN), até dezembro/2013
AÇÃO:	4.10.2. Implantação do sistema CAGIN adequado

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Elaboração do cronograma de implantação	08/01/13	14/03/13	
02	Execução do cronograma de implantação	08/01/13	22/01/13	
03	Regulamentação da Lei que trata sobre o CAGIN	05/02/13	18/09/13	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Januário da Ponte Lopes
- Ellen Gera de Brito Moura
- Carlos Alexandre Tavares Leite
- Melquisedeque de Brito Cardoso

Condutor da Ação: Januário da Ponte Lopes

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antonio Silvano de Alencar Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.11. Utilização de 100% das informações do SPED (NFE, EFD e ECD) no planejamento e na auditoria fiscal até dezembro/2015
AÇÃO:	4.11.1. Implantação de projeto de utilização das informações do SPED Fiscal

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Identificação das soluções existentes em outras UFs	1º/04/12	31/05/12	
02	Elaboração de projeto de utilização das informações do SPED	01/06/12	31/07/12	
03	Identificação das funcionalidades que deverão ser desenvolvidas no SIAT	01/08/12	30/09/12	
04	Desenvolvimento do sistema pela UNITEC	01/10/12	30/06/13	
05	Realização de testes com vistas à homologação do sistema	01/12/12	31/07/13	
06	Realização de treinamento dos usuários do sistema	01/08/13	31/10/13	
07	Implantação	01/11/13	31/12/13	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Francisco Édson Marques
- Adriana Girio Matos
- Anísio Soares Barbosa Filho
- Antônio Luiz Soares Santos

Condutor da Ação:

Francisco Edson Marques

Titular da Área:

Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição:

Antonio Silvano de Alencar Almeida

OBJETIVO:	4. Atingir elevado desempenho nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, de modo a garantir continuamente a maior aproximação possível entre a arrecadação realizada e a receita potencial.
META:	4.11 Utilização de 100% das informações do SPED (NFE, EFD e ECD) no planejamento e na auditoria fiscal até dezembro/2015
AÇÃO:	4.11.2 Implantação de projeto de utilização das informações do SPED Contábil

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Identificação das soluções existentes em outras UFs	01/01/14	28/02/14	
02	Elaboração de projeto de utilização das informações do SPED	01/03/14	31/04/14	
03	Identificação das funcionalidades que deverão ser desenvolvidas no SIAT	01/05/14	30/06/14	
04	Desenvolvimento do sistema pela UNITEC	01/07/14	31/12/14	
05	Realização de testes com vistas à homologação do sistema	01/01/15	28/02/15	
06	Realização de treinamento dos usuários do sistema	01/03/15	31/04/15	
07	Implantação	01/05/15	31/12/15	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Francisco Édson Marques
- Adriana Girio Matos
- Anísio Soares Barbosa Filho
- Antônio Luiz Soares Santos

Condutor da Ação:

Francisco Édson Marques

Titular da Área:

Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição:

Antonio Silvano de Alencar Almeida

OBJETIVO:	5. Garantir alto desempenho nas práticas de gestão financeira e contábil, contribuindo para o equilíbrio fiscal do Estado.
META:	5.1 Implantar novo sistema integrado de administração orçamentária, financeira e contábil, até dezembro/2014.
AÇÃO:	5.1.1 Implantação de novo sistema integrado de administração financeira, orçamentária e contábil.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Definição do novo Sistema	01/05/12	31/07/12	
02	Aquisição do novo Sistema	01/08/12	31/12/12	Assinatura contrato
03	Instalação do novo Sistema	01/08/12	31/08/12	
04	Migração de dados do sistema legado	01/08/12	31/12/12	
05	Homologação do sistema	01/08/12	31/12/12	
06	Capacitação dos usuários	01/08/12	31/12/12	
07	Integração de novos módulos ao sistema integrado de administração financeira, orçamentária e contábil.	01/01/13	31/12/14	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Túllio Herberth Teixeira Moraes
- Sidrack Sidney Soares de Souza
- Amauri Tavares Cavalcante
- Ronald Soares Silva
- Deusarina Batista dos Santos

Condutor da Ação:

Ronald Soares Silva

Titular da Área:

Odimirtes Araújo Costa Neves

Titular da Instituição:

Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	5. Garantir alto desempenho nas práticas de gestão financeira e contábil, contribuindo para o equilíbrio fiscal do Estado.
META:	5.2 Adequar a contabilidade do Estado às novas normas aplicadas ao setor público, de acordo com a portaria nº 828 da STN, até janeiro/2013.
AÇÃO:	5.2.1 Implantação dos novos procedimentos contábeis.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Constituição do Grupo de Estudo de Normas e Procedimentos instituído conforme Decreto do governador.	01/03/12	30/03/12	
02	Elaboração de cronograma de atividades para implantação dos Procedimentos Contábeis.	01/03/12	30/03/12	
03	Definição dos novos procedimentos a serem adotados pelos órgãos do Estado.	01/04/12	31/12/12	
04	Elaboração do “de para” do atual Plano de Contas para Implantação do novo Plano de Contas Único do Setor Público.	01/04/12	31/12/12	
05	Definição dos procedimentos para Avaliação Patrimonial.	01/04/12	31/12/12	
06	Adoção dos procedimentos para Avaliação Patrimonial.	01/04/12	31/12/13	
07	Definição dos procedimentos para contabilização da receita por competência.	01/05/12	31/12/12	
08	Adoção dos procedimentos para contabilização da receita por competência.	01/01/13	31/01/13	
09	Implantação dos procedimentos para contabilização da Dívida Ativa.	01/01/13	31/01/13	
10	Implantação dos procedimentos para contabilização das Provisões Contábeis.	01/01/13	31/01/13	
11	Definição dos procedimentos para contabilização dos custos.	01/05/12	31/12/14	
12	Adoção dos procedimentos para contabilização dos custos.	01/01/14	31/12/14	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Túllio Herberth Teixeira Moraes
- Sidrack Sidney Soares de Souza
- Amauri Tavares Cavalcante
- Ronald Soares Silva
- Deusarina Batista dos Santos
- Maria de Fátima Viana de Oliveira
- Jenisvaldo Oliveira Rocha
- Roberlito de Moraes
- Mário Vieira de Alencar Filho
- Pedro Rodrigues dos Santos
- Equipe UNITEC

Condutor da Ação:

Deusarina Batista dos Santos

Titular da Área:

Odimirtes Araújo Costa Neves

Titular da Instituição:

Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	5. Garantir alto desempenho nas práticas de gestão financeira e contábil, contribuindo para o equilíbrio fiscal do Estado.
META:	5.3 Implantar novo modelo de gestão de fluxo de caixa até dezembro/2013.
AÇÃO:	5.3.1 Implantação do novo modelo de gestão de fluxo de caixa

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Definição do novo Sistema	01/11/12	01/01/13	
02	Aquisição do novo Sistema	01/02/13	30/06/13	
03	Instalação do novo Sistema	01/07/13	31/08/13	
04	Homologação do sistema	01/09/13	31/10/13	
05	Capacitação dos usuários	01/11/13	31/12/13	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Maria Catarina Ribeiro Raulino
- Marta Bernardeth Soares
- Fábio José Neves da Costa
- Cristiano Natalício Neves de Oliveira
- Adriane Feitosa Arruda
- Lucídio Beserra Primo
- Ricjardeson Rocha Dias
- Equipe UNITEC

Condutor da Ação:

Marta Bernardeth Soares

Titular da Área:

Odimirtes Araújo Costa Neves

Titular da Instituição:

Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	5. Garantir alto desempenho nas práticas de gestão financeira e contábil, contribuindo para o equilíbrio fiscal do Estado.
META:	5.4 Padronizar os procedimentos da SUDESP, até dezembro/2014.
AÇÃO:	5.4.1 Elaboração de manual de normas e procedimentos da SUDESP.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Análise dos procedimentos da SUDESP.	01/05/12	31/12/13	
02	Redefinição dos procedimentos da SUDESP.	01/01/14	30/06/14	
03	Elaboração do Manual.	01/07/14	31/12/14	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Ricjardeson Rocha Dias
- Marta Bernardeth Soares
- Lucídio Bezerra Primo
- Cristiano Natalício Neves de Oliveira
- Ronald Soares Silva
- Adriane Feitosa Arruda
- Raimundo Francisco do Rego
- Carla Adriana da Silva Peres
- Maria Catarina Ribeiro Raulino
- Marcio Antonio Muniz Nunes
- José Nivaldo Gonçalves Filho
- Equipe UNITEC

Condutor da Ação:

Lucídio Beserra Primo

Titular da Área:

Odimirtes Araújo Costa Neves

Titular da Instituição:

Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	5. Garantir alto desempenho nas práticas de gestão financeira e contábil, contribuindo para o equilíbrio fiscal do estado.
META:	5.5 Implantar novo Sistema de Gestão da Dívida Pública do Estado, até Dezembro/2014.
AÇÃO:	5.5.1 Implantação de novo sistema de gerenciamento para a Dívida Pública Estadual.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Definição do Sistema.	01/08/13	30/10/13	
02	Aquisição do novo Sistema.	01/11/13	31/12/13	
03	Instalação do novo Sistema.	01/01/14	31/01/14	
04	Homologação do sistema.	01/01/14	31/12/14	
05	Capacitação dos usuários.	01/08/14	31/12/14	
06	Integração do novo sistema da Dívida ao novo sistema de Administração Financeira, Orçamentária e Contábil.	01/01/14	31/12/14	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Deusarina Batista dos Santos
- Mauro Gomes de Lima
- Maria Eugênia Teresa Resende
- Antonio Reis Pereira
- Carla Adriana da Silva Peres
- Equipe UNITEC

Condutor da Ação:

Carla Adriana da Silva Peres

Titular da Área:

Odimirtes Araújo Costa Neves

Titular da Instituição:

Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	5. Garantir alto desempenho nas práticas de gestão financeira e contábil, contribuindo para o equilíbrio fiscal do Estado.
META:	5.6 Consolidar o Estoque de Precatórios do Estado, conforme EC 62, até Janeiro/2014.
AÇÃO:	5.6.1 Conciliação dos valores de inscrição e baixa dos Precatórios.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Reuniões com os Tribunais, PGE e CGE para conciliação dos Precatórios.	01/03/12	31/12/13	
02	Acompanhamento da definição de sistema para controle eletrônico dos Precatórios do Estado.	01/03/12	31/12/13	
03	Elaboração de Lista Consolidada.	01/04/12	31/12/13	
04	Contabilização dos valores de Precatórios (pagos e inscritos) atualizada conforme informações conciliadas com a PGE e Tribunais.	01/01/13	01/01/13	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Deusarina Batista dos Santos
- Mauro Gomes de Lima
- Maria Eugênia Teresa Resende
- Antonio Reis Pereira
- Carla Adriana da Silva Peres

Condutor da Ação:	Deusarina Batista dos Santos
Titular da Área:	Odimirtes Araújo Costa Neves
Titular da Instituição:	Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	5. Garantir alto desempenho nas práticas de gestão financeira e contábil, contribuindo para o equilíbrio fiscal do Estado.
META:	5.7 Definir os procedimentos para a carteira imobiliária do BEP/Governo do Estado, até Dezembro/2012.
AÇÃO:	5.7.1 Gestão da Carteira Imobiliária do BEP/Governo do Estado.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Definição de Sistema para Gerenciamento da Carteira.	01/03/12	31/05/12	
02	Organização dos processos referentes aos mutuários da Carteira.	01/03/12	31/12/12	
03	Regularização dos processos de cobrança.	01/05/12	31/12/12	
04	Regularização de documentação relativa à Carteira Imobiliária junto aos cartórios.	01/03/12	31/12/12	
05	Atualização dos relatórios relativos à Carteira.	01/05/12	31/12/12	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Deusarina Batista dos Santos
- Mauro Gomes de Lima
- Maria Eugênia Teresa Resende
- Antonio Reis Pereira
- Carla Adriana da Silva Peres

Condutor da Ação:

Mauro Gomes de Lima

Titular da Área:

Odimirtes Araújo Costa Neves

Titular da Instituição:

Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	6. Assegurar elevado grau de qualidade percebida pela sociedade no que se refere aos serviços institucionais.
META:	6.1. Implantar o Sistema de Gerenciamento de Atendimento – SGA em 10 Agências, até dezembro/2012.
AÇÃO:	6.1.1. Aquisição dos equipamentos necessários ao SGA a serem instalados nas Agências de Atendimento.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapas	Descrição	Início	Término	Observação
01	Definição das especificações dos equipamentos a serem utilizados.	01/03/12	31/03/12	
02	Solicitação de compra dos equipamentos definidos, junto ao PRODAF.	01/03/12	31/03/12	
03	Definição do cronograma de instalação do SGA, escolhendo por ordem de Agência.	01/04/12	30/04/12	
04	Instalação dos equipamentos e Sistema.	01/05/12	31/10/12	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Paulo Roberto de Holanda Monteiro

Condutor da Ação: Paulo Roberto de Holanda Monteiro

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	6. Assegurar elevado grau de qualidade percebida pela sociedade no que se refere aos serviços institucionais.
META:	6.1. Implantar o Sistema de Gerenciamento de Atendimento – SGA em 10 Agências até dezembro/2012.
AÇÃO:	6.1.2. Treinamento de pessoal.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Solicitação de treinamento à UNAFIN.	01/05/12	30/05/12	
02	Treinamento.	01/05/12	31/12/12	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Paulo Roberto de Holanda Monteiro
- Antônio Luiz Soares Santos

Condutor da Ação:

Paulo Roberto de Holanda Monteiro

Titular da Área:

Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição:

Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	6. Assegurar elevado grau de qualidade percebida pela sociedade no que se refere aos serviços institucionais.
META:	6.2. Disponibilizar estação de trabalho para os contadores/contribuintes em 12 Agências de Atendimento até dezembro/2012.
AÇÃO:	6.2.1. Aquisição dos equipamentos necessários, a serem instalados nas Agências de Atendimento.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Solicitação de projeto arquitetônico à UNAFIN.	01/03/12	31/03/12	
02	Solicitação de compra dos equipamentos.	01/03/12	31/03/12	
03	Solicitação de instalação de pontos de rede à UNITEC, conforme necessidades das Agências.	01/06/12	31/07/12	
04	Definição do cronograma de instalação dos equipamentos, escolhendo por ordem de Agência.	01/07/12	31/07/12	
05	Instalação dos equipamentos.	01/07/12	30/11/12	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Paulo Roberto de Holanda Monteiro
- Antônio Luiz Soares Santos

Condutor da Ação: Paulo Roberto de Holanda Monteiro

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	6. Assegurar elevado grau de qualidade percebida pela sociedade no que se refere aos serviços institucionais.
META:	6.2. Disponibilizar estação de trabalho para os contadores/contribuintes em 12 Agências de Atendimento até dezembro/2012.
AÇÃO:	6.2.2. Divulgação.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Edição do Comunicado referente à disponibilização da estação de trabalho para os contadores e contribuintes.	01/11/12	30/11/12	
02	Encaminhamento do Comunicado à Assessoria de Comunicação para divulgação na mídia.	01/12/12	31/12/12	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Paulo Roberto de Holanda Monteiro
- Luciana Maria de Sousa Azevedo

Condutor da Ação:

Paulo Roberto de Holanda Monteiro

Titular da Área:

Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição:

Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	6. Assegurar elevado grau de qualidade percebida pela sociedade no que se refere aos serviços institucionais.
META:	6.3. Implantar periódico trimestral, até dezembro/2012
AÇÃO:	6.3.1. Elaboração do Projeto do periódico

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Levantamento dos periódicos similares	01/03/12	20/03/12	
02	Definição das características, mídia utilizável e estrutura do periódico	20/03/12	20/04/12	
03	Elaboração do “design” gráfico do periódico	20/04/12	20/05/12	
04	Elaboração de orçamento para diagramação e impressão	01/05/12	15/05/12	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Luciana Maria de Sousa Azevedo

Condutor da Ação: Luciana Maria de Sousa Azevedo

Titular da Área: Luciana Maria de Sousa Azevedo

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	6. Assegurar elevado grau de qualidade percebida pela sociedade no que se refere aos serviços institucionais.
META:	6.3. Implantar periódico trimestral, até dezembro/2012
AÇÃO:	6.3.2. Institucionalização do periódico

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Definição dos integrantes e responsabilidades do conselho editorial e do editor	15/03/12	30/03/12	
02	Publicação de portaria do secretário criando o periódico	01/04/12	30/04/12	
03	Obtenção do “ <i>International Standard Serial Number</i> ”-ISSN, identificador de publicações seriadas aceito internacionalmente.	01/05/12	15/05/12	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Luciana Maria de Sousa Azevedo

Condutor da Ação: Luciana Maria de Sousa Azevedo

Titular da Área: Luciana Maria de Sousa Azevedo

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	6. Assegurar elevado grau de qualidade percebida pela sociedade no que se refere aos serviços institucionais.
META:	6.3. Implantar periódico trimestral, até dezembro/2012
AÇÃO:	6.3.3. Implantação do periódico

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapas	Descrição	Início	Término	Observação
01	Contratação de empresa responsável pela diagramação do periódico	15/04/12	30/04/12	
02	Contratação de um prestador de serviço para auxiliar a ASCOM	01/04/12	15/04/12	
03	Seleção das matérias e fotos que vão constar da edição para diagramação	01/05/12	30/05/12	
04.	Lançamento do periódico para o público interno e externo	15/05/12	30/06/12	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Luciana Maria de Sousa Azevedo

Condutor da Ação: Luciana Maria de Sousa Azevedo

Titular da Área: Luciana Maria de Sousa Azevedo

Titular da Instituição: Antonio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	6. Assegurar elevado grau de qualidade percebida pela sociedade no que se refere aos serviços institucionais.
META:	6.4. Padronizar procedimentos operacionais nas Agências de Atendimento, até dezembro/2012.
AÇÃO:	6.4.1. Elaboração do Manual de Procedimentos Operacionais.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Definição da equipe que irá realizar a padronização dos procedimentos	01/03/12	30/04/12	
02	Definição dos procedimentos a serem padronizados.	01/03/12	31/07/12	
03	Elaboração do Manual de Procedimentos Operacionais.	01/08/12	11/11/12	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Paulo Roberto de Holanda Monteiro
- Equipe definida

Condutor da Ação: Paulo Roberto de Holanda Monteiro

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida

OBJETIVO:	6. Assegurar elevado grau de qualidade percebida pela sociedade no que se refere aos serviços institucionais.
META:	6.4. Padronizar procedimentos operacionais nas Agências de Atendimento, até dezembro/2012.
AÇÃO:	6.4.2. Institucionalização dos procedimentos.

CRONOGRAMA DE ETAPAS:

Etapa	Descrição	Início	Término	Observação
01	Solicitação do ato normativo à UNATRI, institucionalizando o Manual de Procedimentos Operacionais.	11/11/2012	31/12/12	
02	Divulgação e treinamento dos servidores lotados nas Agências de Atendimento.	01/01/13	01/03/13	

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

- Paulo Roberto de Holanda Monteiro
- Maria das Mercês Leal da Costa Pádua
- Karla Maria Magalhães Nascimento João
- Rodrigues de Carvalho Filho

Condutor da Ação: Paulo Roberto de Holanda Monteiro

Titular da Área: Jaqueline Rodrigues de Oliveira

Titular da Instituição: Antônio Silvano Alencar de Almeida